

CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO

ATA N.º 33/2012

DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA DEZASSETE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DOZE

(Contém 83 folhas)

MEMBROS PRESENTES:

PRESIDENTE **Sofia Machado do Couto Gonçalves**-----
VEREADOR **Hugo Louro da Rosa**-----
VEREADOR **António da Silva Gomes**-----
VEREADOR **António Lima Cardoso Ventura**-----
VEREADORA **Anselmo José Rocha Barcelos**-----
VEREADOR **Fernando Francisco de Paiva Dias**-----
VEREADOR **Artur Manuel Leal Lima**-----

MEMBROS AUSENTES:

PRESIDENTE -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----
VEREADORA -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----

No dia 17 de dezembro de 2012 realizou-se na sala das sessões do edifício dos Paços do Concelho a reunião ordinária da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.-----

Pelas nove horas e trinta minutos, a Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião.-----

Período da Pré Ordem do Dia

Após saudação, a Presidente começou por dar conta que, por via da alteração da data da reunião da Assembleia Municipal, seria necessário alterar a reunião do dia 27 do corrente para o dia 28. Os Vereadores concordaram.-----

O Vereador Artur Lima pediu confirmação da data da reunião, que a Presidente disse que passará para o dia 28 de dezembro, uma vez que necessitam fazer uma reunião antes do final do ano e após a Assembleia Municipal, tendo em vista a discussão da orgânica da autarquia. O Vereador Artur Lima inquiriu se na orgânica já está prevista a internalização da empresa Culturangra e dos seus funcionários. A Presidente respondeu afirmativamente, dando conta que tal foi aprovado em reunião de Câmara e esclarecendo que, independentemente da internalização dos funcionários, a orgânica tem de contemplar a integração de todos os serviços.-----

Relativamente ao pedido do Vereador Fernando Dias no que concerne ao parecer da Direção Regional de Cultura (DRC) sobre as calçadas, a Presidente deu conta que o mesmo ainda não foi enviado porque os serviços técnicos estão a elaborar um relatório explicando, ponto a ponto, todas as situações que são levantadas no parecer. Aditou que a pessoa responsável por tal tarefa está de férias, justificando assim o facto de ainda não ter sido remetido ao órgão executivo. O Vereador Fernando Dias considerou que, independentemente dessa situação devem ter acesso ao parecer. A Presidente concordou que os Vereadores podem ter acesso ao parecer, mas recordou que tinha ficado definido que o mesmo seria acompanhado da informação dos serviços da Câmara com o ponto de situação. O Vereador Fernando Dias questionou sobre há quanto tempo chegou o parecer da DRC à Câmara Municipal. A Presidente deu conta de não ter a certeza, mas apontou para duas ou três semanas, ao que o Vereador Fernando Dias contrapôs dizendo julgar ter sido há mais de um mês e solicitando acesso ao mesmo, opinião reiterada pelo Vereador António Ventura. A Presidente assentiu, concluindo que receberão posteriormente a posição da Câmara. A Presidente manifestou que no relatório da DRC são referidas algumas posições discordantes em relação a determinados aspetos da empreitada das calçadas. -----

De seguida passou aos destaques culturais e informações, após o que colocou à votação a inserção dos pontos fora da agenda, que foi aprovada por unanimidade pelos Vereadores.-----

O Vereador António Ventura deu conta de ter recebido um telefonema de uma pessoa que disse estar muito incomodada com as deslocações aos Estados Unidos da América (EUA) e ao Brasil por parte de elementos da autarquia, acrescentando que teve informação que circulavam na rede social *Facebook* alguns comentários relativos a esta situação, apesar de não os ter visto. Apontou de seguida que tentou explicar o que se

recordava do que lhe havia sido transmitido, questionando qual foi o custo para o Município destas duas deslocações.-----

A Presidente explicou que as referidas deslocações foram realizadas com o objetivo de promover as festas Sanjoaninas e também o Concelho.-----

Relativamente à deslocação ao Brasil, a Presidente indicou que coincidiu com uma etapa que estava em atraso por parte da Câmara Municipal, que diz respeito à geminação com a cidade de Gramado. Acrescentou que houve um convite de Gramado para a autarquia estar presente na comemoração dos 260 anos da presença açoriana no Brasil, na qual esteve presente o ex-Vice-presidente da Câmara Municipal e ao qual se juntaram dois elementos da organização das Sanjoaninas, para fazer a promoção das festas. Deu igualmente conta que houve convite por parte da Casa dos Açores, bem como de organizações de festas locais para receber a comitiva da Câmara Municipal e das Sanjoaninas. Em relação à despesa para a autarquia, a Presidente disse que ainda não tem resposta definitiva sobre a comparticipação da TAP, que no caso de ser positiva dará lugar ao ressarcimento da despesa da deslocação do então Vice-Presidente. A Presidente esclareceu que as Sanjoaninas assumiram as despesas de deslocação dos dois elementos por via do orçamento das festas. A Presidente apontou, ainda, que insistiu nesta participação por parte dos elementos da organização das Sanjoaninas, perante alguma resistência dos próprios. Explicou que a sua insistência teve por base o facto de haver neste momento uma grande disponibilidade financeira no Brasil. O Vereador Artur Lima deu conta de achar que os emigrantes portugueses no Brasil não têm de momento disponibilidade financeira para se deslocarem à Terceira. A Presidente disse ter tido o *feedback* contrário do então Vice-presidente da Câmara Municipal, destacando que foram visitadas comunidades em que as pessoas se encontram numa situação bastante confortável a nível financeiro. A Presidente ressaltou, ainda, que desta deslocação resultou a manifestação de interesse de um grupo de folclore, de cerca de quarenta pessoas vir à Terceira, bem como diferentes manifestações de interesse no sentido de organizarem festas, com o objetivo de reunir grupos para virem às Sanjoaninas. A Presidente frisou que foi a primeira abordagem deste género feita no Brasil, concluindo que a vinda de um grupo de quarenta ou cinquenta pessoas já seria bastante significativo e importante para o Município. A Presidente evidenciou a importância destas deslocações e do trabalho envolvido na promoção das festas, destacando que foram contactadas tanto a SATA como a TAP, no sentido de organizarem pacotes para a altura das Sanjoaninas, que englobassem a deslocação aérea e os bilhetes para os espetáculos musicais e touradas. A Presidente deu conta que houve imediata disponibilidade da SATA, anotando o atraso em relação à resposta da TAP, que considerou que poderá estar associado à discussão da privatização.-----

O Vereador António Ventura e o Vereador Artur Lima indagaram sobre o custo da deslocação para a Câmara Municipal, informação que a Presidente indicou que irá recolher.-----

No que diz respeito à deslocação ao Canadá e aos Estados Unidos, a Presidente apontou que foi estabelecido contato com o Conselho de Administração da SATA e foi solicitado que criassem um pacote que englobasse a deslocação aérea e os bilhetes para os concertos e para as touradas, com saída de Boston, Oakland e Toronto, antes das Sanjoaninas e com regresso posterior às festas. A Presidente deu conta que foi estabelecida parceria com a SATA, no sentido de patrocinar as deslocações para a promoção das festas. Acrescentou que foram sete as pessoas que se deslocaram, contando com a própria.-----

A Presidente adiantou que não tinha disponibilidade para fazer todas as deslocações, anotando que solicitou ao Presidente da Assembleia Municipal e ao Presidente da Comissão das Festas Sanjoaninas que se deslocassem ao Canadá e à Califórnia, reiterando que o custo de ambas passagens foi assumido pela SATA. A Presidente replicou o que já havia manifestado em anterior reunião de Câmara, que ficou verdadeiramente sensibilizada com a receção, ressaltando que ficaram alojados em casas de pessoas das comunidades, tendo havido uma oferta de alojamento por parte de um *Mayor*, num hotel, numa das comunidades. A Presidente indicou ainda que os transportes foram feitos pelas pessoas que os receberam, bem como a oferta das refeições. A Presidente concluiu que foram efetuadas várias festas, que visavam promover as Sanjoaninas, com o objetivo de atrair um maior número de pessoas para as mesmas, dando conta que foi transmitido que para a saída dos três aviões com os preços promocionais é necessário que haja um mínimo de 125 pessoas em cada um dos voos, estando prevista a vinda entre 17 e 18 de junho e o regresso para o início de julho. A Presidente informou, de seguida, que está confirmada a presença de uma filarmónica da Califórnia, que irá acompanhar uma marcha. O Vereador Artur Lima questionou quem suporta essa deslocação. A Presidente respondeu que é a filarmónica, acrescentando que a comissão das Sanjoaninas está a tentar arranjar apoios para o alojamento. A Presidente reportou igualmente que na zona de Boston estão em curso diligências no sentido de trazer uma marcha. Destacou que foram organizadas várias festas nas diversas localidades, cuja angariação serviu para suportar as deslocações entre os EUA e o Canadá, sendo que o remanescente será doado à comissão das Sanjoaninas para suportar as deslocações. A Presidente indicou ainda não saber se o montante foi suficiente para suportar a totalidade das despesas de deslocação, mas considerou que se a mesma resultar na vinda de 450 pessoas já terá sido um grande sucesso para o Município.-----

O Vereador António Ventura ressaltou que não é a estratégia que está em causa neste pedido de esclarecimentos, recordando que os Vereadores do PSD (Partido Social Democrata) já manifestaram alguma discordância sobre a forma como se tem deixado de potenciar a geminação com várias cidades. Sublinhou a importância do contacto direto, que não pode ser substituído pelo telemóvel e pela internet, que não transmitem verdadeiramente a realidade para estas comunidades e a das mesmas. A propósito, a Presidente deu conta que um dos contactos com uma pessoa na zona da Califórnia foi tão positivo que resultou numa doação em dinheiro para as festas. O Vereador António Ventura concluiu que fica a aguardar os dados solicitados.-----

O Vereador Artur Lima observou que não está instalada, conforme aprovado em reunião de Câmara, o parquímetro em frente ao Lar de Idosos. A Presidente disse que a situação será averiguada.-----

Ainda em relação aos parquímetros e à empresa que ganhou o concurso, que disse ser a mesma da Praia da Vitória e de Ponta Delgada, o Vereador Artur Lima inquiriu a razão de em Angra ser aplicado um critério diferente no que diz respeito às multas. Apontou que na Praia está um fiscal da empresa que aplica o critério de uma multa de cerca de três euros, na ausência do talão do parquímetro, anotando a diferença em relação a Angra, onde se pagam trinta euros de multa.-----

A Presidente respondeu que esse facto não se deve à empresa, mas sim ao Município, consoante o regulamento, que recordou ter sido alterado em reunião de Câmara e que

será agora presente à Assembleia Municipal, para entrar então em vigor, concluindo que a situação de Angra ficará semelhante aos outros municípios, ou seja, passará a ser paga a totalidade do valor diário em cada rua, mantendo-se os diferentes tarifários conforme as ruas. Acrescentou que as pessoas têm um período de quinze dias para pagar, após o qual terão que pagar uma multa.-----

Período da Ordem do Dia

DELIBERAÇÕES AUTORIZAÇÕES E LICENCIAMENTOS

Suspensão/condicionamento de Trânsito

Ent. 6686 – Pedido efetuado pela **Associação de Atletismo da Ilha Terceira**, com vista à suspensão de trânsito na Praça Velha, Rua do Marquês, Largo Prior do Crato, Rua do Palácio, Rua da Sé, Rua Carreira dos Cavalos, Rua da Rocha, Rua dos Minhas Terras e Rua Direita, freguesia da Sé, no dia 29 de dezembro de 2012, das 19:30 às 20:30 horas, destinada à realização da corrida de S. Silvestre, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março.-----

O presente pedido vem acompanhado dos pareceres favoráveis da Polícia de Segurança Pública, bem como do Diretor do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território. **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou o presente pedido.** -----

DELIBERAÇÕES DIVERSAS

Pedido de cedência de material diverso

Ent. 5508 – Ofício n.º 195, datado de 9 de outubro último, da Junta de Freguesia da Terra Chã, solicitando a cedência de blocos, cimento, areia, pó de pedra e ferro, para reforço/reparação de um muro de suporte na Fonte Faneca que ficou danificado com o mau tempo. Para decisão nos termos do artigo 64.º n.º 4, alíneas a) e b) da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou a cedência em espécie do material solicitado, no valor de € 401,09 (quatrocentos e um euros e nove cêntimos).**-----

Pedido de atribuição de subsídio

Ent. 6186 – Carta datada de 16 de novembro findo, da Casa de Pessoal dos Trabalhadores do Município de Angra do Heroísmo, solicitando a atribuição de um subsídio, no valor de 5000€/6000€, com vista à organização de um cabaz de natal a ser distribuído pelos 115 sócios. Para decisão nos termos do artigo 64.º n.º 4, alíneas a) e b) da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. – **Este assunto foi retirado, devendo ser reagendado na próxima reunião do executivo municipal.** -----

O Vereador Artur Lima deu conta que não sabia da existência da Casa de Pessoal dos Trabalhadores do Município de Angra do Heroísmo. O Vereador António Ventura questionou quem está à frente da mesma. A Presidente apontou que quem falou com a própria foi o Senhor Tomé dos Serviços Municipalizados. O Vereador Artur Lima indagou se a mesma está formalmente constituída, com estatutos, dando conta que gostaria de ter acesso aos mesmos. A Presidente supôs que sim, uma vez que a instituição já tem vários anos. O Vereador Artur Lima inquiriu se o montante solicitado é para organização de um cabaz para os próprios sócios. A Presidente assentiu.-----

A Presidente apontou que são 115 sócios, ressalvando que foram tomadas opções tendo em conta a atual conjuntura, nomeadamente não seria realizado o jantar de Natal, nem distribuído bolo pelos funcionários. A Presidente anotou que estes 115 funcionários poderão não ser os que mais necessidade têm deste cabaz. O Vereador António Ventura inquiriu quantos funcionários são no total ao que a Presidente respondeu serem cerca de 500.-----

O Vereador Artur Lima apontou que 115 é um terço do total. Questionou ainda se estes pagam quotas e se têm reuniões. A Presidente deu conta que desconhece. O Vereador Fernando Dias perguntou à funcionária que presta apoio administrativo às reuniões camarárias se a mesma é sócia, a qual respondeu que em tempos foi e que os sócios beneficiam de determinadas participações em exames e consultas. O Vereador Artur Lima indagou onde é que se ia buscar o dinheiro, ao que aquela respondeu que as quotas eram retiradas dos vencimentos dos funcionários. O Vereador Artur Lima questionou o montante, tendo a mesma funcionária respondido que julgava ser de um por cento do vencimento.-----

Os Vereadores e a Presidente concordaram em recolher mais informação sobre a entidade.-----

O Vereador Fernando Dias destacou que o enquadramento legal proposto não está correto, anotando que o Tribunal de Contas tem levantado alguns problemas sobre estas atribuições de subsídios às casas de pessoal. Deu conta que isto, a ser objeto de deliberação, enquadra-se na alínea o), do nº1, do artigo 64º, da Lei 169/99, que passou a ler, reportando-se ainda a outra alínea que prevê apoios no domínio social. O Vereador Fernando Dias referiu-se de seguida à lei do Orçamento de Estado de 2007, que previa a cessação de quaisquer financiamentos públicos de sistemas particulares de

proteção social ou de entidades, referindo que o Tribunal de Contas pediu a clarificação desta norma, apontando que saiu o Decreto-Lei n.º 13/2011 de 25 de janeiro, que determina que “as transferências destinadas à concessão de apoio financeiro às atividades culturais, recreativas e desportivas devem privilegiar benefícios não abrangidos por outras fontes de financiamento público”, anotando que não sabe se a casa de pessoal em questão tem outras fontes de receita de financiamento público, destacando que não há essa informação. Frisou de seguida que “só podem ser objeto de transferência instituições dotadas de personalidade jurídica, legalmente constituídas e com a situação tributária e contributiva devidamente regularizada”, reiterando que não dispõem igualmente dessa informação. Referiu ainda que “há um limite quantitativo para as transferências efetuadas pelas autarquias locais, que corresponde a 3,5% do somatório anual das remunerações e de pensões, respetivamente, dos trabalhadores e aposentados que sejam associados da instituição beneficiária da transferência”. Reforçou que não dispõem dessa informação, dando conta que a opinião dos Vereadores do PSD (Partido Social Democrata) é de retirarem o assunto, considerando que devia haver um parecer jurídico sobre este assunto e chamando a atenção para o artigo 6.º, que prevê o regime sancionatório.-----

A Presidente reportou-se ao enquadramento legal, ao artigo 64.º n.º 4, alíneas a) e b) da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, passando a ler as respetivas alíneas. A mesma manifestou não considerar que o enquadramento está desadequado, apesar de aceitar a opinião do Vereador Fernando Dias de que esta situação poderá ser inserida noutra enquadramento jurídico, mas reiterou que este é o enquadramento em que habitualmente são inseridas as atividades de interesse municipal. O Vereador Fernando Dias considerou que não se destina a esta instituição, na medida em que existem duas alíneas próprias para atribuir apoios a este tipo de instituições, sublinhando ainda a informação da técnica constante do SGD, que diz que “este pedido não se enquadra no tipo de atividades com interesse para o município”, com a qual disse concordar.-----

A Presidente apontou que, aparentemente, estão todos de acordo no sentido de ser complicado atribuir este apoio a 115 sócios, quando são uma minoria no universo total dos quase 500 funcionários. Concluiu que se é este o entendimento talvez nem seja necessário reunir mais dados, mas que caso não seja o entendimento de todos e achem que o pedido de dados poderá dar origem a uma nova discussão e conclusão então deverão reuni-los.-----

O Vereador Artur Lima manifestou que este ponto deve ser retirado da agenda, embora se enquadre na alínea b) do n.º. 4. Reiterou que não sabe que tipo de associação se trata, nem qual a sua natureza, considerando que é preciso perceber qual o seu objeto social da Casa de Pessoal da Câmara. Deu conta que está disposto a analisar e a aprovar a proposta com a condição de a Casa de Pessoal fazer um cabaz para distribuir por todos os funcionários do Município. Apontou ainda que, a autarquia dando este contributo, a Casa de Pessoal também deve dar o seu, que disse que poderia ser de cerca de cinco euros, já que tem algumas receitas, destacando que fez a conta e que dará mais ou menos 15 euros por cabaz. Afirmou que não se opõe a que se atribua os cabazes, já que já não se faz jantar de Natal, nem se distribui o bolo pelos funcionários, mas reiterou que não concorda que seja concedido apenas a estes 115 sócios.-----

O Vereador António Ventura destacou que a dúvida não recai sobre a necessidade de apoio nesta altura, mas sim sobre a boa decisão. Ressalvou que também nunca tinha

ouvido falar desta casa de pessoal e que seria conveniente perceberem melhor a sua natureza e seus objetivos e por que razão a maioria dos funcionários não é sócia, concluindo que falta toda esta informação para que possam tomar uma decisão, daí a sugestão que se adie, até que sejam reunidos novos dados, tanto pela Presidente como pelos próprios Vereadores.-----

O Vereador Fernando Dias ressaltou mais uma vez a importância de se verificar a jurisprudência, conforme alertou no início da sua intervenção.-----

Pedido de colaboração – projeto de humanização do Serviço de Pediatria do novo hospital da Ilha Terceira

Ent. 5914 – Carta datada de 26 de outubro último do Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo, remetendo a memória descritiva do projeto de humanização do espaço físico do Serviço de Pediatria (Serviço de Urgência, Enfermaria, Consulta Externa, Hospital de Dia e Unidade de Cuidados Especiais Pediátricos e Neonatais), e solicitando para o efeito um apoio. Para decisão nos termos do artigo 64.º n.º 4, alíneas a) e b) da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. **Este assunto foi retirado, devendo ser reagendado numa próxima reunião do executivo municipal.**-----

A Presidente deu conta que o pedido foi remetido a diferentes entidades, anotando que são referidas as que já apoiaram e aquelas de que aguardam resposta, concluindo que o objetivo último é humanizar o Serviço de Pediatria do novo Hospital da Ilha Terceira, que disse ter exatamente as mesmas características, de que deu exemplo a cor, dos restantes serviços. A Presidente reportou que em reunião lhe foi apresentada a ideia, formalizada com este ofício, que solicita o envolvimento da Autarquia neste projeto, uma vez que se trata do Hospital da Ilha Terceira, que está localizado no concelho de Angra do Heroísmo. A Presidente informou que o projeto tem um custo estimado de cento e vinte mil euros, indicando que solicitou que fossem cabimentados, para um eventual apoio, dez mil euros, valor que disse estar à discussão. A Presidente explicou que o projeto prevê novas cores, novo mobiliário, algum equipamento para as crianças, por forma a criar um ambiente mais acolhedor em relação ao que existe.-----

O Vereador Artur Lima manifestou a sua estranheza pelo pedido, ressaltando não conhecer quem assina a carta, apontando que esta devia vir assinada pelo Conselho de Administração ou, pelo menos, pelo Diretor de Serviço. Ressaltou, ainda, que não sabe com que autoridade o pedido é feito, bem como, não sabe se a pessoa que assina o ofício faz parte dos quadros do hospital, concluindo que se trata de um ilustre desconhecido e que por isso não pode tomar nenhuma decisão nestas circunstâncias, uma vez que esta carta não vincula formalmente o hospital. O Vereador Artur Lima destacou de seguida que um dos argumentos para fazer o novo hospital era a maior humanização dos espaços, para prestar melhores e mais cuidados de saúde, que não eram possíveis no antigo hospital. Concluiu que agora têm um hospital novo desumanizado, exaltando que há uma negação daquelas que foram algumas das premissas para construir o novo hospital. Indicou ainda que todos os serviços foram consultados para darem o seu parecer e para fazerem sugestões aos projetistas, de modo a que se tivesse um serviço moderno e melhor adequado às necessidades, indagando se esta situação não foi considerada pelo serviço de pediatria do hospital no projeto e se é a Câmara que tem agora de arcar com as consequências. Disse não estar a perceber a situação, quando o novo hospital foi considerado a jóia da coroa pela Presidente do Conselho de Administração e pelos governantes na altura em funções.

Disse, ainda, que conclui da exposição que leu, que o serviço de pediatria do novo hospital está totalmente desumanizado em termos de espaço físico e que não está equipado devidamente.-----

Considerou que era interessante saber se os serviços fizeram sugestões e se estas foram realmente ouvidas pelos projetistas e pela tutela. O Vereador Artur Lima anotou, ainda, que a jóia da coroa se tem vindo a revelar deslocada da realidade. Deu ainda conta que se for para decidir agora este ponto votará contra, manifestando querer eventualmente mais informação sobre este assunto, que apelidou de conto.-----

A Presidente assinalou não ter nenhuma procuração do hospital nem do Dr. Bruno Cardoso, que disse ser o pediatra que assina esta carta, mas apontou que poderá prestar algumas informações. Informou que o Dr. Bruno trabalha de forma dividida entre o Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo e outro no continente, que disse ser, salvo erro, o Hospital Amadora Sintra e que este é o coordenador do projeto de humanização, levado a cabo pela equipa de Pediatria. Indicou ainda saber que foi definido inicialmente que nada faltasse no hospital em termos de necessidades básicas, anotando que agora se pretende conferir um cunho mais pessoal. O Vereador Artur Lima anotou que não era isso que estava previsto no seu plano funcional, mas sim uma melhoria substancial das condições físicas e de atendimento, entre outras. A Presidente concordou, ressalvando que não se expressou bem, evidenciando que são claras as melhorias do hospital novo, relativamente ao antigo. Esclareceu que este projeto visa humanizar ainda mais aquilo que já se conseguiu alcançar com a transferência do hospital antigo para o novo, nomeadamente na Pediatria, por forma a proporcionar outro conforto às crianças doentes que lá se encontram. No que concerne ao que foi planificado inicialmente, corrigiu que foi muito mais do que as necessidades básicas, mas sublinhou que este projeto visa outros objetivos, no âmbito da decoração e da estética, que proporcionem outro ambiente às crianças. A Presidente reportou, ainda, que esteve recentemente no hospital com o seu filho mais novo e deu conta que havia brinquedos e uma zona de recreio, mas que as paredes são todas brancas.-----

O Vereador Artur Lima indagou se o serviço de Pediatria não devia ter sido concebido desde o início dessa forma, inquirindo ainda como é que num hospital que é novo não se prevê que o serviço de pediatria seja diferente dos outros, salvaguardando que cada serviço tem as suas especificidades próprias e destacando a importância de se humanizar os cuidados de saúde, em todos os serviços. O Vereador Artur Lima indicou ainda que as crianças são por natureza seres mais frágeis que os adultos, para as quais os hospitais são lugares hostís. Reiterou que não percebe como é que este serviço foi concebido de forma *standard*, igual aos outros. Afirmou ainda que, apesar de o hospital estar tecnicamente falido, não cabe à Câmara Municipal financiar o Serviço Regional de Saúde, concluindo que isso não tem enquadramento legal.-----

A Presidente reiterou que o projeto foi apresentado a diferentes entidades e que foram convidadas a integrá-lo. Considerou que deveriam ser parceiros, ressalvando novamente que a sua proposta é no sentido de se atribuir dez mil euros, valor que, destacou novamente, poderá ser ajustado, conforme for entendido.-----

O Vereador António Ventura afirmou que este é um assunto de elevada sensibilidade, por se tratar de crianças, mas sustentou que humanizar significa também dar prioridades e ter responsabilidades na gestão dos recursos financeiros. Ressalvou que a cada dia que passa surgem novos problemas no hospital, como a falta de energia alternativa, a

durabilidade do material, a falta de material clínico e medicamentos, reportando que chegam notícias que são os familiares dos doentes a comprá-los. O Vereador António Ventura referiu de seguida o relatório de 2011 do Tribunal de Contas e o facto deste apontar a falência técnica dos três hospitais da Região. O Vereador António Ventura apontou que gostaria, assim como os seus colegas, de conhecer o espaço.-----

A Presidente concluiu que procederão à recolha dos dados solicitados, para que possam fazer uma nova avaliação. A Presidente questionou ainda o Vereador António Ventura se este quer que a própria formalize o pedido de visita. O Vereador António Ventura respondeu que ele próprio tratará disso, acrescentando que subscreve as declarações do Vereador Artur Lima.-----

O Vereador Artur Lima sublinhou que quer saber se não estava previsto no plano funcional do hospital que o serviço de Pediatria desse sugestões sobre o mesmo, por forma a diferenciá-lo dos outros. Disse ainda querer saber se o hospital atravessa uma situação financeira difícil, por forma a não poder suportar e assumir a humanização que tanto apregoa. Frisou que deve ser o Conselho de Administração do hospital a assumir a responsabilidade deste pedido e que deve ser questionado se há algum documento a nomear este senhor doutor como coordenador desta equipa e, por último, qual é o vínculo deste último com o hospital. Pede ainda o enquadramento legal para se financiar o sistema público de saúde, nos moldes em que é feito o pedido.-----

Pedido de regularização de cedência de edifício escolar

Ent. 3625 - Comunicação da Junta de Freguesia de S. Pedro solicitando a cedência do antigo edifício escolar das Bicas de Cabo Verde, a favor do Centro Cultural e Recreativo de Nossa Senhora da Piedade, vem acompanhada de proposta da Presidente e minuta de contrato de comodato. Para aprovação do órgão executivo municipal nos termos do artigo 64.º n.º 4, alíneas a) e b) da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. **A Câmara Municipal, por unanimidade deliberou ceder o edifício em questão ao Centro Cultural e Recreativo de Nossa Senhora da Piedade, e aprovou a respetiva a minuta do contrato de comodato.**-----

A Presidente explicou que a presente comunicação solicita que o contrato para cedência do antigo edifício escolar das Bicas de Cabo Verde seja efetuado diretamente com o Centro Cultural e Recreativo de Nossa Senhora da Piedade em vez de ser com a junta de freguesia.-----

O Vereador Anselmo Barcelos indagou se nos outros casos, de outras escolas, os contratos foram feitos com as juntas. A Presidente esclareceu que sim, nos casos em que há várias instituições a partilhar, tornando-se a respetiva junta o intermediário, porque gere o espaço onde há infraestruturas comuns, como a luz e a água e acrescentou que no caso em apreciação não há partilha do espaço com outras instituições.-----

O Vereador Artur Lima questionou se o caso de São Bartolomeu já está resolvido. A Presidente respondeu afirmativamente, dando conta que foi à Assembleia de Freguesia, que se pronunciou novamente com uma única abstenção.-----

Cedência de lote à Junta de Freguesia de São Pedro

Ent. 3213- Ofício da Junta de Freguesia de São Pedro, datado de 9 de junho de 2011, a solicitar a cedência definitiva do lote 4 A, com a área de 440m², sito no Fanal, freguesia de São Pedro, onde se encontra implantado o Centro Comunitário de São Pedro. Para deliberação do órgão executivo municipal, nos termos do artigo 64.º, n.º 1, alínea f) e n.º 4, a) e b) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, em função do artigo 64.º, n.º 4, alíneas a) e b) da mesma Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou ceder gratuitamente o lote supra referenciado à Junta de Freguesia de São Pedro.**-----

A Presidente reportou que este foi um processo que levou muito tempo a ser apurado, nomeadamente ao nível de registos. Explicou, resumidamente, que se trata de um terreno que foi loteado e onde foram criados quatro lotes, que foram atribuídos ou vendidos a diferentes entidades, dando conta que houve a deliberação do lote 4 ser para o Centro Comunitário de São Pedro, que reportou que na altura do início da intervenção não teve disponibilidade para o efeito, tendo sido a Junta de Freguesia de São Pedro a construí-lo. Esclareceu que houve um problema na altura do registo com o lote 4 e o lote 4A, servindo o presente pedido para regularizar a situação no registo predial, apesar de já ter havido deliberação da Câmara Municipal para ceder o terreno onde está implementado o Centro Comunitário de São Pedro.-----

Prestação de serviços de transporte aéreo para os anos de 2013, 2014 e 2015 – abertura de concurso público

Ent. 1562 – Informação da Secção de Aprovisionamento e Património, datada de 12 de dezembro corrente, propondo a abertura do procedimento por concurso público para a prestação de serviços de transporte aéreo para os anos de 2013, 2014 e 2015, bem como a aprovação das respetivas peças procedimentais e nomeação do Júri, nos termos conjugados da alínea b), do n.º 1 do artigo 20.º e dos artigos 36.º, 38.º e 67.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos. - **Este assunto foi retirado, devendo ser reagendado numa próxima reunião do executivo municipal.**-----

A Presidente solicitou que o presente ponto seja retirado, para posterior avaliação, em função dos desenvolvimentos.-----

Prémio Municipal para integração de Pessoas com deficiência – Recomendação

Ent. 6632 – Recomendação dos Vereadores eleitos pelo PSD – Partido Social Democrata, no sentido de a Câmara Municipal instituir um Prémio Municipal de carácter anual de reconhecimento às empresas ou instituições particulares do Concelho que integrem pessoas com deficiência. Pelo que sugerem que seja criado um regulamento de atribuição do citado prémio. - **Este assunto foi retirado, devendo ser reagendado numa próxima reunião do executivo municipal.** -----

O Vereador António Ventura explicou que esta proposta surge na sequência da comemoração do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência e no âmbito da crise, que apontou que se manifesta em desemprego e falências de empresas, considerando

que se torna ainda mais difícil, neste quadro, para as pessoas portadoras de deficiência aceder ao emprego. Explicou que, com isto, pretendem evidenciar algum reconhecimento público às empresas que possam empregar pessoas com deficiência, à semelhança do que acontece em outros municípios do país. Afirmou que é um contributo para o emprego destas pessoas, que disse estarem numa situação ainda mais difícil, bem como para a igualdade, proclamada na Constituição da República Portuguesa. Indicou trazer o exemplo de um regulamento de outro município, para mostrar que não é novidade e para dar conhecimento de que tem aplicação desde há algum tempo noutros municípios e que poderia ser aplicado em Angra. Concluiu que as boas iniciativas são para seguir, reportando que isto tem dado alguns frutos, apesar de não ser uma solução para a resolução dos problemas, mas que poderá ser um contributo desta Câmara para esta população.-----

A Presidente apontou que ia justamente perguntar se os Vereadores do PSD (Partido Social Democrata) tinham alguma proposta de regulamento. Nesse sentido, sugeriu que este seja adequado, para que seja posteriormente discutida a proposta elaborada pelos serviços.-----

O Vereador Artur Lima solicitou uma cópia do exemplo de regulamento entregue pelos Vereadores do PSD (Partido Social Democrata), considerando que é uma proposta interessante.-----

Dissolução da Culturangra EEM e internalização das respetivas atividades nos serviços da Câmara Municipal

Ent. 1867 – Novamente presente a proposta da Presidente da Câmara Municipal, datada de 7 de dezembro, relativa à dissolução da Culturangra EEM e internalização das respetivas atividades nos serviços da Câmara Municipal, de acordo com o plano que acompanha a mesma proposta. Para deliberação do órgão executivo camarária tendo em vista a remessa da mesma proposta e plano à Assembleia Municipal, nos termos conjugados dos artigos 22.º, n.º 1, 61.º, n.º 2, 62.º n.º 1 e 70.º n.º 2 todos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto com os artigos 64.º n.º 6 alínea a) e 53.º n.º 2 alínea a) ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. – **A Câmara Municipal, por maioria, com 2 votos a favor dos Vereadores do PS (Partido Socialista) e 4 abstenções dos Vereadores do PSD (Partido Social Democrata) e do Vereador do CDS-PP (Centro Democrático Social/Partido Popular), aprovou a presente proposta, com as condições abaixo indicadas propostas pelos Vereadores do PSD (Partido Social Democrata) e pelo Vereador do CDS-PP (Centro Democrático Social/Partido Popular), e deliberou submeter os mesmos à Assembleia Municipal.** -----

Do Vereador do CDS-PP (Centro Democrático Social/Partido Popular):-----

- Entrega de uma avaliação do Conselho da Administração da Culturangra sobre a avaliação de desempenho dos funcionários;-----

- Ver esclarecido o motivo porque o Conselho de Administração da Culturangra não teve conhecimento do plano nem participou na sua elaboração; -----

- Que todo o processo concursal seja iniciado até 31 de Março.-----

Dos vereadores do PSD (Partido Social Democrata):-----

Para além das condições propostas pelo Vereador Artur Lima, as seguintes:-----

- Apresentação de uma justificação externa sobre os serviços prestados, os novos serviços a prestar e sobre a necessidade efetiva de integração de todos os funcionários; -----

- Aferir junto da Câmara do Comércio do eventual interesse da exploração de determinados serviços, de que deu o exemplo o bowling, cinema, por parte de empresas particulares.-----

A Presidente da Câmara ausentou-se durante a discussão e votação, por se encontrar impedida, nos termos do artigo 44.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo.-----

A Presidente informou que teria de se retirar durante a discussão desse ponto, uma vez que o seu irmão e um primo direto trabalham na empresa municipal.-----

O Vereador Hugo Rosa começou por referir que este assunto foi retirado da reunião extraordinária por proposta do Partido Social Democrata.-----

O Vereador António Ventura passou a explicar que a proposta do PSD (Partido Social Democrata) tem por base os últimos dados entregues na reunião do órgão executivo camarário. Antes de mais, começou por dizer que em reunião de Câmara tinha-se pedido todo o sigilo possível sobre esta situação, ressalvando que é um assunto muito sensível. Posto isto, apontou que tiveram conhecimento que se criou uma situação de alarmismo na Culturangra na sequência da informação de que a oposição queria despedir pessoas, anotando não estar a culpar diretamente o executivo do PS (Partido Socialista). Afirmou que o PSD (Partido Social Democrata) não pretende que haja despedimentos mas considerou que devem colocar neste assunto todo o rigor, porque está em causa a sustentabilidade futura do Município, salvaguardando que se trata da gestão de recursos financeiros públicos. Deu conta que os Vereadores do PSD (Partido Social Democrata) consideram que o processo está muito incompleto, pouco suportado tecnicamente e até politicamente. Continuou dizendo que esta era uma oportunidade para se justificar tecnicamente e com visão estratégica de futuro toda a integração do pessoal para os atuais serviços e para novos serviços e até da Câmara Municipal se adequar aos tempos de crise que vive. Considerou que se está a perder uma oportunidade nesta primeira fase. Concluiu que falta uma visão estratégica de sustentabilidade, acrescentando que este documento é baseado numa premissa que pode ser falsa e que apontou que devia ser discutida. Destacou que este plano de integração parte do princípio que os privados não querem saber de nenhum serviço que é prestado neste momento pela Culturangra, reportando-se à página 10 e ao parágrafo onde leu que se está “perante atividades de baixa rentabilidade”, cujo “desenvolvimento por entidades privadas, a ser possível, obrigaria à aplicação de preços inoportáveis para a maioria da população local”. Nesse sentido, questionou que sustentação existe sobre esse aspeto, afirmando que poderiam surgir aqui novas oportunidades de negócio para os privados, concluindo que estão perante uma premissa falsa.-----

O Vereador António Ventura inquiriu de seguida se este plano vem do Conselho de Administração da Culturangra, indagando de quem é a rubrica constante do mesmo. O Vereador Hugo Rosa respondeu que é da Presidente, explicando que o plano é da Câmara Municipal e que vem assinado pela Dra. Sofia Couto, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. O Vereador António Ventura questionou se o Conselho de Administração tem conhecimento do assunto.-----

O Vereador Fernando Dias constatou que o documento é rubricado, mas não é assinado, considerando que a assinatura devia constar no final, na página dezoito.-----

O Vereador António Ventura questionou novamente se o Conselho de Administração tem conhecimento do documento. O Vereador Hugo Rosa indicou que o plano de internalização vem como anexo à proposta da Presidente, assinada pela mesma. O Vereador António Ventura perguntou se o Conselho de Administração deu o seu parecer ou contributo ao plano de internalização. O Vereador Hugo Rosa manifestou que a informação de que dispõe é que a proposta foi elaborada pela Presidente, com base num trabalho, que o Vereador António Ventura supôs ter sido feito em conjunto com o Conselho de Administração da Culturangra. O Vereador Hugo Rosa apontou que não tem informação do contrário. O Vereador António Ventura concluiu que, portanto, o Conselho de Administração se pronunciou relativamente a este plano. O Vereador Hugo Rosa reforçou que a proposta vem assinada pela Dra. Sofia Couto, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, anotando que não é da autoria do Conselho de Administração da Culturangra. O Vereador António Ventura afirmou que seria lesivo se o Conselho de Administração, com o conhecimento de causa que tem, não opinasse sobre isto. Em relação ao alarmismo ao qual o Vereador António Ventura se referiu, o Vereador Hugo Rosa destacou que apenas presenciou um mero reporte aos funcionários da Culturangra sobre o que se passou na última reunião de Câmara, nomeadamente que esta proposta tinha sido retirada, por iniciativa do PSD (Partido Social Democrata), para ser votada no corrente dia, concluindo que o referido alarmismo está incutido nos funcionários em função da situação.-----

Sobre o mesmo assunto, o Vereador Artur Lima reportou que recebeu um telefonema, na passada sexta-feira, às nove horas e dez minutos, que dava conta do referido alarmismo dos funcionários da Culturangra. O Vereador Hugo Rosa frisou que a reunião foi posterior a essa hora. O Vereador Artur Lima recordou que na reunião apelaram para que houvesse especial cuidado na abordagem destas matérias, por serem sensíveis, apontando que aqui ninguém tem prazer em despedir quem quer que seja, mas que houve alguém que teve prazer em contratar, concluindo que esse é outro assunto. Afirmou que é necessário que sejam objetivos e realistas na análise das coisas, ao não branqueá-las, citando a frase “não há almoços grátis”, cuja prova disse ser o facto de vinte e três funcionários terem sido todos contratados no mesmo dia, apontando que é uma coincidência extraordinária, da qual disse ter-se apercebido após análise dos documentos. Reafirmou, seguidamente, que este processo deve ser tratado com muito cuidado e relativamente ao Conselho de Administração manifestou que este devia fazer uma análise e uma avaliação do desempenho de cada funcionário, a ser enviada à Câmara Municipal, que considerou fundamental para tomarem uma decisão. Deu conta que não é contra fazerem a internalização agora, mas com esta condição. Indicou, ainda, querer saber o motivo pelo qual o Conselho de Administração não foi consultado para a elaboração deste relatório, acrescentando que coloca como condição prévia que todo este processo concursal esteja aberto até 31 de março. Concluiu que tem dúvidas sobre os meandros do processo, mas que, como estão em causa empregos e

eventualmente pessoas que não tiveram culpa dos referidos almoços grátis, não se opõe, mediante as supramencionadas condições.-----

O Vereador António Ventura ressaltou que os Vereadores do PSD (Partido Social Democrata) (PSD) concordam com os pré-requisitos referidos pelo Vereador Artur Lima.-

O Vereador Hugo Rosa apontou que o relatório determina que os procedimentos concursais ocorram na pendência dos procedimentos de execução, que o Vereador Artur Lima ressaltou serem até 31 de março. O Vereador António Gomes anotou que quanto mais cedo iniciarem os procedimentos melhor. O Vereador Fernando Dias explicou que até final de fevereiro tem de haver uma decisão sobre a dissolução da empresa, havendo a partir dessa data um período de seis meses, que disse não implicar com esta proposta e com a abertura do procedimento concursal.-----

O Vereador António Ventura declarou que os Vereadores do PSD (Partido Social Democrata) têm a acrescentar mais duas condições para justificar, com todo o rigor e responsabilidade, a transferência dos funcionários, nomeadamente a apresentação de uma justificação externa sobre os serviços prestados, os novos serviços a prestar e sobre a necessidade efetiva de integração de todos os funcionários, concluiu que desta forma evitam especulações sobre facilitismo e interesse, situação que considerou que deixaria a todos numa posição mais confortável. Por outro lado, impôs a condição de que seja feita uma consulta junto da Câmara do Comércio sobre o eventual interesse da exploração de determinados serviços, como o *Bowling* ou o cinema, por parte de empresas particulares, por forma a assegurarem que estas constituem oportunidade de negócio para outras empresas. Manifestou que nesta fase os Vereadores do PSD (Partido Social Democrata) vão viabilizar a passagem dos funcionários para este ponto intermédio, havendo o compromisso do cumprimento destas quatro condições.-----

O Vereador Artur Lima acrescentou que neste processo de internalização é preciso ter em conta que há funcionários da Câmara Municipal que têm expectativas legítimas da sua requalificação, considerando que têm de atender, por uma questão de justiça, a alguns destes casos.-----

O Vereador António Gomes anotou que tal poderá acontecer por via dos procedimentos concursais, que disse ser a única via para mudança de carreira. Apontou ainda que, neste momento, a qualidade do desempenho dos funcionários que estão afetos à Culturangra não lhe parece muito relevante, mas sim a transferência destes e dos lugares, porque tudo se julgará na fase seguinte, a do procedimento concursal.-----

O Vereador Artur Lima considerou que o Conselho de Administração deve saber quais são as vagas necessárias em cada setor e se há efetiva necessidade de reduzir ou não, reiterando que seria importante terem a avaliação do desempenho de cada funcionário.--

O Vereador António Gomes reiterou que considera essa informação de momento irrelevante, explicando que está mais preocupado em saber se há necessidade da internalização desse lugar que, no caso de existir, anotou que não precisa de saber se o funcionário que lá estava era bom ou mau, uma vez que essa vaga vai ser colocada posteriormente a concurso público, ao qual qualquer pessoa com as devidas habilitações pode concorrer e eventualmente ocupá-la, afirmando que não há garantias.-

O Vereador António Ventura deu conta que o informaram que alguém com responsabilidade garantiu aos funcionários da Culturangra que iam ser todos integrados, sem exceção. Sublinhou que não pode trazer a pessoa em causa à reunião para confirmar a informação, daí que admita que o Vereador António Gomes negue esta possibilidade. Frisou a importância da avaliação, considerando que os funcionários não a devem temer, porque à partida todos desempenham devidamente as suas funções, acrescentando que não tem nada contra ninguém e destacando que não lhe foi apontado nenhum tipo de crítica nesse sentido.-----

O Vereador Fernando Dias sustentou que o problema do relatório é que não demonstra a necessidade de internalizar vinte e seis funcionários para assegurar as atividades, considerando que isto tem muito a ver com o número de vagas que serão abertas no referido concurso. Apontou ainda que poderão estar aqui a criar-se falsas expectativas, dando conta que, por outro lado, acha que estas já estão a ser criadas ao dizerem que todos os funcionários poderão ser internalizados, uma vez que há funcionários que não têm a escolaridade obrigatória, o que é, por si só, motivo de exclusão. Ressalvou que há esta dúvida, apesar de no quadro constar que têm todos a escolaridade obrigatória. O Vereador Fernando Dias afirmou que é fundamental haver uma justificação sobre a necessidade das vagas e cumprir o nº. 6, do artigo 62º, da Lei n.º 50/2012, que se refere a isso justamente. Ressalvou que não houve um estudo em que se demonstre que os funcionários que vão entrar não podem ser substituídos pelos que já estão na Câmara Municipal. Assinalou que o preocupa não haver desemprego nesta matéria, mas disse não se querer confrontar, daqui a seis meses ou um ano, com algum relatório da Inspeção de Finanças sobre a qualidade do plano de internalização ou eventuais pedidos de informação sobre a necessidade de internalização dos vinte e seis funcionários ou uma justificação para a mesma. Frisou a importância de não defraudarem as expectativas dos funcionários, que considerou legítimas principalmente na atual situação conjuntural. Afirmou, ainda, que todos os Vereadores desta Câmara Municipal se importam e têm em consideração a possibilidade de desemprego, apontando ser por isso que as coisas têm de ser feitas com cabeça, tronco e membros, seriamente, para não serem posteriormente apanhados em falso.-----

O Vereador Hugo Rosa apontou que ficam registadas as preocupações dos Vereadores e a condição de serem reunidos os elementos solicitados. Em relação à questão levantada sobre a escolaridade obrigatória dos funcionários, o Vereador Hugo Rosa deu conta de não ter informações nesse sentido. O Vereador António Gomes considerou estranha essa situação, uma vez que o comprovativo da mesma escolaridade teve de ser apresentado para a elaboração do contrato. O Vereador António Gomes levantou ainda a possibilidade de ter havido alguma confusão, uma vez que a escolaridade obrigatória varia conforme a idade de cada um, visto que o limite foi sendo alterado ao longo do tempo.-----

O Vereador Fernando Dias reiterou novamente que é necessário acautelar a veracidade desta informação, destacando que a maior parte destes funcionários estavam a recibos verdes antes de serem contratados em 2008, sem concurso público, anotando que poderia perceber por aqui se estes postos de trabalho eram precisos, sublinhando a importância de perceberem esta situação.-----

Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para 2013

Novamente presente o orçamento da Câmara Municipal para o ano 2013, o qual importa, tanto na receita como na despesa o total de € 18.021.190,00 e Grandes Opções do Plano no valor global de € 7.359.741,00. O mesmo orçamento contém o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para 2013, para aprovação do órgão executivo, nos termos do artigo 64.º, n.º 2, alínea c) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **A Câmara Municipal, por maioria, com 3 votos a favor da Presidente e dos Vereadores do PS (Partido Socialista), 3 abstenções dos Vereadores do PSD (Partido Social Democrata) e 1 voto contra do Vereador do CDS-PP (Centro Democrático Social), aprovou a proposta de plano e orçamento e deliberou submeter a mesma à Assembleia Municipal.**-----

Sobre este assunto, foram apresentadas as seguintes declarações de voto: -----

Dos Vereadores do PSD (Partido Social Democrata):-----

“Temos vindo a assistir a um conjunto de programas, de ações e obras que saltam de plano para plano sem a sua concretização. Este plano e orçamento vem assim confirmar os falhanços políticos dos executivos do Partido Socialista em ações como o Teatro Angrense, o mercado Duque de Bragança, o Plano de Pormenor e Salvaguarda, o Plano das Toxicodependências. Desde 2009 que os planos e orçamentos criam expectativas e otimismo aos angrenses dececionados na sua execução. Como poderemos acreditar neste plano se os seus antecessores falharam prevendo o mesmo. Todavia, consideramos que seria demasiado lesivo para o Concelho a inexistência de um plano e orçamento, tendo em conta a profunda crise que vivemos, seria lesivo para as empresas, seria lesivo para as coletividades e seria lesivo para as Juntas de Freguesia, que configuram o poder mais próximo, o Concelho não aguentava e é neste sentido de responsabilidade que nos abstermos neste plano e orçamento.”-----

Do Vereador do CDS-PP (Centro Democrático Social/Partido Popular)-----

“O orçamento para 2013 da CMAH (Câmara Municipal de Angra do Heroísmo), aposta em prioridades erradas, não privilegiando a recuperação de um dos ex-libris da cidade como o Teatro Angrense, que se degrada de ano para ano e este ano é contemplado com uma verba insuficiente.-----

Não acata o parecer vinculativo da DRAC (Direção Regional da Cultura) , a não prever verba para a correção dos erros na obra das calçadas.-----
Não se aposta seriamente no Plano de pormenor e Salvaguarda de Angra, para permitir que no futuro não se façam mamarrachos como é exemplo a nova biblioteca.-----

De resto o orçamento apenas se limita a elencar um conjunto de obras prometidas desde o início do mandato e nunca executadas, é exemplo disto o Mercado municipal.-----

Assim o vereador do CDS-PP (Centro Democrático Social/Partido Popular) vota contra este plano e orçamento e regista na ata o seu voto de vencido nos termos legais.”-----

O Vereador António Ventura comunicou que recebeu o ofício da DRC (Direção Regional da Cultura) relativamente às calçadas, que anotou ter sido solicitado há algum tempo, que qualificou de demolidor e que apontou que mantém a posição de que o trabalho realizado não está bem feito, nem está de acordo com a intervenção que deve ser feita nas calçadas de uma cidade património mundial. Apontou que este ofício, do Diretor de Serviços da Direção Regional da Cultura, saiu no dia 29 de outubro, supondo que chegou à Câmara Municipal três ou quatro dias depois. Anotou seguidamente a importância vinculativa dos pareceres da DRC, tanto do Diretor Regional como do de Serviços, relativamente ao trabalho que está a ser realizado. Reportou-se ao mesmo, nomeadamente ao último parágrafo, que diz que os trabalhos só devem continuar quando retificados os aspetos constantes do mesmo, que disse que se referem a todo o trabalho. Manifestou que este é um assunto com uma gravidade extrema, indicando que não percebe como é que o departamento responsável ainda não respondeu, indagando sobre essa mesma resposta. Deu conta que os Vereadores do PSD (Partido Social Democrata) já foram várias vezes abordados, supondo que a Presidente também, por pessoas com conhecimento empírico na matéria, que constataram o mesmo que os próprios, relativamente à qualidade da execução da intervenção, através do senso comum e da própria sensibilidade de cada um. Concluiu que tudo isto tem implicações no Orçamento, no qual estão inscritos cerca de quinhentos mil euros para a continuação da execução da empreitada das calçadas, manifestando que os Vereadores do PSD (Partido Social Democrata) consideram que o orçamento tem de ser reformulado, relativamente a este parecer.

A Presidente apontou que o referido parecer resulta de uma troca de correspondência entre a Câmara Municipal e a Direção Regional da Cultura, a par de reuniões, situação que disse ser frequente no Município. A Presidente sustentou que este parecer em nada põe em causa o Orçamento, porque o que está em causa é a continuidade dos trabalhos da empreitada, independentemente de qualquer discordância que possa haver com a DRC. A propósito, ressaltou que há um novo Diretor Regional e que, por isso, terão de saber se o entendimento deste é o mesmo que o do anterior. Destacou ainda que a discordância que existe é em relação a algumas interpretações de situações pontuais, que se prendem com diversos aspetos, que anotou que têm vindo a ser corrigidas e outras que serão atempadamente corrigidas, acrescentando que há entendimentos distintos por parte de ambas entidades, situação que disse ainda não ter tido desfecho definitivo. Explicou que, de qualquer forma, o que está previsto no orçamento da Câmara é a continuidade dos trabalhos, não obstante ser eventualmente necessária alguma reformulação, o que reiterou que não põe em causa o orçamento, nomeadamente porque não está em causa nenhuma deliberação ou decisão, mas a continuação dos trabalhos, pese embora se adivinhe algum atraso nos mesmos.

O Vereador António Ventura apontou que não se tratam apenas de situações pontuais, passando a ler o ponto quatro do supramencionado ofício, que se refere à qualidade das juntas e às pedras soltas. O Vereador António Ventura referiu-se à Rua Carreira dos Cavalos, onde disse já se notarem os vínculos dos carros, quando esta ficou pronta há

apenas alguns meses. Considerou que este ponto quatro põe em causa todo o trabalho e que, por isso, este não deve continuar sem que sejam feitas as retificações necessárias, frisando que de outra forma estarão a pôr dinheiro no lixo, ressalvando que essa é a sensibilidade das pessoas inclusive de personalidades de peso e com conhecimento na matéria do Concelho, incluindo as que integravam o extinto Gabinete da Cidade, que dizem que o trabalho executado não está bem feito. Referiu-se ainda às visitas que foram feitas, acompanhadas das explicações dos técnicos da Câmara, e às dúvidas que existiam por parte dos Vereadores, reiterando o obstáculo total que continua a existir por parte da DRC relativamente à continuidade dos trabalhos. -----

A Presidente realçou que se está perante uma paragem dos trabalhos. O Vereador António Ventura apontou que o montante inscrito no Plano e Orçamento é para continuar com os trabalhos e para intervencionar novas ruas. A Presidente assentiu, explicando que as situações a corrigir serão contempladas no âmbito da garantia da empreitada, pelo empreiteiro, mesmo que haja cessão da posição contratual, já que os compromissos são transmitidos.-----

O Vereador Artur Lima recordou que está a fazer um ano que foram passar uma revista às calçadas, altura em que levantou as suas dúvidas relativamente a determinados pormenores, como por exemplo os aros. Deu conta que se recorda da convicção com que o Chefe de Divisão fez a defesa dos referidos aros à volta das caixas de resíduos. Apontou que, enquanto leigo na matéria, procurou personalidades entendidas que o acompanharam em visitas pelas ruas intervencionadas e que foram da opinião que se pedisse parecer à DRC, parecer este que sublinhou ser vinculativo e que no caso de não ser seguido pode resultar numa coima. A propósito, afirmou que está escaldado neste tipo de situação, de não ter culpa e de arcar com a mesma, apontando que não está disponível para que volte a acontecer, nomeadamente, se o Tribunal de Contas pegar no assunto. Constatou que o ofício não indica que se trata de uma troca de correspondência, mas sim de um parecer desfavorável, apontando que irá consultar os juristas que lhe dão apoio, uma vez que teve conhecimento da situação de uma senhora à qual foi levantada uma contra ordenação pela DRC por ter colocado janelas de alumínio. Destacou ainda que se for para corrigir os trabalhos executados é preciso haver verba prevista no orçamento para o efeito. -----

A Presidente retorquiu que percebe as preocupações, que disse serem comuns a todos, frisando que ninguém quer assumir responsabilidades que possam eventualmente ter consequências menos positivas, apesar de não ver como é que isso poderá estar em causa, sobre todos os pontos de vista. Reiterou que é ao empreiteiro que compete a correção dos problemas, que apontou existirem em qualquer obra. Seguidamente, colocou a hipótese de o empreiteiro não o fazer, realçando que têm uma garantia bancária e que a mesma pode ser acionada. Concluiu que não se está perante um caso em que têm de abrir uma rubrica para correção de uma obra, uma vez que esta ainda não foi terminada nem entregue, reiterando as divergências que existem entre as duas entidades que têm intervenção nesta matéria, a Câmara e a DRC, que deu origem a uma troca de correspondência, em que discutem o que está neste momento em causa. Concluiu que não estão perante uma situação de incumprimento, uma vez que não há nenhum ofício do Diretor Regional da Cultura que determine a suspensão da obra ou o embargo da mesma, dando conta que este tem competência para tal. Reportou ainda que já tem reunião marcada com o novo Diretor Regional da Cultura para saber qual o seu entendimento em relação a esta matéria. A Presidente referiu-se novamente ao ofício que diz que os trabalhos não devem continuar sem que sejam feitas as referidas

correções, ressaltando novamente que não está em causa mais verba, nem uma rubrica nova no orçamento. Reiterou que esta situação não põe em causa o orçamento, apontando que o que está aqui em causa é um argumento.-----

O Vereador António Ventura e a Presidente replicaram os respetivos argumentos.-----

O Vereador Artur Lima considerou que há aqui alguma negligência por parte do Chefe de Divisão por ainda não ter dado resposta a este ofício, sobretudo quando os Vereadores têm vindo a chamar a atenção para este assunto. Deu conta que a Câmara Municipal tem de se pronunciar, se possível ainda hoje, as chefias competentes nesta matéria. A Presidente e os Vereadores determinaram que estes estivessem presentes na reunião às dezassete horas do corrente dia.-----

O Vereador Fernando Dias começou por manifestar perplexidade por este projeto, de início, não ter sido submetido à DRC para aprovação, informação constante no primeiro parágrafo do ofício. Assinalou que é preciso recordar que os Vereadores fizeram duas visitas à obra, em que a última se realizou no dia 18 de setembro. Reportou-se à ata da reunião, desse mesmo dia, em que disse estarem plasmadas as dúvidas dos Vereadores, que indicou constarem do ponto número quatro deste ofício. Recordou ainda que nessa mesma reunião foi aprovada, com a abstenção do PSD (Partido Social Democrata), a receção das ruas: do Salinas, da Rocha e a Carreira dos Cavalos. Nesse sentido, considerou que estas questões têm implicações no orçamento, porque a obra foi aceite pela fiscalização. A Presidente referiu novamente a garantia da obra. O Vereador Fernando Dias recordou que o caderno de encargos prevê que o espaço entre as pedras não pode exceder 0,5, facto que não se verifica, apontando ainda a recarga de saibro que foi feita nas calçadas, que a Presidente anotou que terá de ser feita ciclicamente. O Vereador Fernando Dias relembrou ainda que lhes foi prometido que situações como o cimento na calçada iriam ser corrigidas, constatando que tal ainda não aconteceu.-----

A Presidente referiu que estão todos a par do processo, quer através das reuniões de Câmara, quer através dos contactos informais, do facto que estão a lidar com uma empresa que está com sérias dificuldades e que é por isso que os trabalhos retificativos estão atrasados. Apontou que têm também conhecimento que poderá ser necessário acionar a garantia, salvo se se vier a concretizar o que está de momento em causa, ou seja, a possibilidade da cessão da posição contratual para outra empresa que tenha capacidade de continuar a obra e de fazer os trabalhos retificativos, destacando que estão à espera para saber se esta possibilidade irá efetivamente acontecer ou não. Explicou que, no caso de acontecer a referida cessão, a nova empresa assume todas as responsabilidades. Relativamente à primeira observação do Vereador Fernando Dias, sobre o primeiro parágrafo do ofício, a Presidente esclareceu que foi solicitado parecer à DRC, mas este chegou mais tarde, depois da obra ter tido início, concluindo que o referido entendimento é já em processo de fiscalização.-----

A reunião foi interrompida, para recomeçar às dezassete horas.-----

O Eng. Artur e a Dra. Isabel juntaram-se à reunião.-----

A Presidente informou que enviou um email a solicitar esclarecimentos sobre esta situação, nomeadamente sobre as dúvidas levantadas, e sobre o referido ofício enviado pela DRC. Indicou que a resposta daquela entidade dá conta que não se pode depreender que o ofício seja extensivo a toda a área intervencionada, nem que todos os

trabalhos até agora concluídos não estejam bem executados. Acrescentou ainda que a informação prestada dá conta que o teor do ofício em referência, bem como os que o antecederam, resulta de um relacionamento corrente entre a entidade executante e a entidade fiscalizadora, decorrente da legislação em vigor e em defesa dos aspetos característicos da cidade, classificada pela UNESCO como património da humanidade. Ressalvou ainda que é referido que o ofício não pode ser entendido como uma ordem de embargo, uma vez que os contornos desse processo são outros, completamente díspares, esclarecendo que o mesmo sugere a busca de uma melhor solução para cada um dos aspetos identificados, antes da empreitada passar para outros arruamentos. -----

A Presidente recordou a questão que levantaram anteriormente, se teria havido parecer por parte da DRC, dando conta que confirmou que o mesmo existe e que foi entregue aos Vereadores, conforme disse constar em ata, recordando que o mesmo data do dia 13 de maio de 2011.-----

O Vereador Fernando Dias explicou que a sua questão era se teria havido parecer da DRC antes do início da obra. A Presidente deu indicação que é este, passando a apontar que este diz que é favorável e condicionado aos aspetos mencionados.-----

O Vereador António Ventura reportou-se ao parecer do dia 4 de maio de 2012. A Presidente explicou que o parecer a que se refere é de 2011, concluindo que é o parecer inicial, que refere as condições da DRC, anotando que posteriormente, já no decorrer da obra, a mesma entidade recolhe uma série de fotografias e aponta os aspetos que considera que não estão bem executados e que têm de ser corrigidos. Deu conta que os serviços técnicos da autarquia responderam e que, em resposta, a DRC mantém o seu parecer, ou seja, que tem de haver lugar a reparações, que tiveram início, mas que tiveram de ser suspensas face à situação da empresa, que disse ser do conhecimento de todos. Reiterou que as reparações terão lugar no âmbito da empreitada, como a referente ao betão, destacada pelo Vereador Fernando Dias.-----

O Vereador Fernando Dias reportou-se ao parecer de 29 de outubro de 2012 que citou que refere que o projeto não foi aprovado pela DRC, indagando se há ou não aprovação prévia do projeto.-----

O Vereador Artur Lima considerou que existe um contrasenso, entre os esclarecimentos prestados, nomeadamente quando é dito que “não se pode depreender que o ofício seja extensivo a toda a área intervencionada” e a informação constante no último parecer, designadamente o ponto quinto, onde se refere que “na generalidade deve haver uma maior exigência por parte da edilidade”, ou seja, refere-se a toda a área. Mais disse que o parecer refere inclusivamente a qualificação da mão-de-obra e que “não se aceitam as soluções utilizadas, por estas serem inevitavelmente mediocres”.-----

A Presidente manifestou que este ofício, assinado pelo Diretor de Serviços, possivelmente foi escrito “a quente” e continua a manifestar discordância com aquelas que foram as respostas dadas pelo município e com as soluções encontradas, concluindo que há uma diferença entre as situações que terão obviamente de ser retificadas e a clara discordância que existe entre a opinião da DRC e a da Câmara Municipal relativamente às soluções para esta obra, situação que disse ser frequente até em relação a obras de particulares. Ressalvou ainda que os aspetos que foram levantados no parecer inicial da DRC, basicamente em relação às características dos lancis, estão a ser salvaguardados numa intervenção seccionada, bem como outros,

como seja o intervalo entre as pedras, que concluiu que serão feitos no âmbito da garantia e do processo da empreitada.-----

O Vereador António Ventura reiterou que o parecer da DRC não é subjetivo e que, para além dos pormenores identificados noutros ofícios, se refere a toda a empreitada. Indagou se os trabalhos coincidem com o que estava previsto no caderno de encargos e opinou que não, dando o exemplo do intervalo entre as pedras. Afirmou que a responsabilidade de garantir que a obra está conforme é de quem fiscaliza. Referiu ainda que se esta obra fosse de um particular o próximo passo seria o embargo e reportou-se novamente ao parecer do dia 4 de maio de 2012, nomeadamente ao seu final, em que é referida a possibilidade de embargo. Destacou que a posição da DRC se mantém, mesmo depois da resposta da Câmara Municipal, em relação ao facto de não se terem corrigido as anomalias. O Vereador António Ventura defendeu que são uma entidade pública e que têm de dar o exemplo e de perceber o que está em causa. -----

A Presidente manifestou novamente a sua opinião sobre este ofício, apontando que faz pensar que poderão estar em causa outras situações. Sobre a declaração do Vereador António Ventura de que se fosse um particular o próximo passo seria o embargo, a Presidente discordou referindo que não seria necessariamente assim, dando conta de que há procedimentos na Câmara Municipal que duram anos, por forma a que se encontre um consenso. A Presidente recordou novamente o processo, que teve início com um ofício da DRC que informa sobre os pormenores que têm de ser corrigidos, que foi alvo de resposta pelo município, onde constava que há aspetos que serão corrigidos e que teve parecer desfavorável. Realçou que não há embargo, que há sim uma discordância, independentemente da natureza do conteúdo do ofício, manifestando que considera que a resposta da Câmara Municipal não deve ser feita nos mesmos contornos. Recordou que o que está aqui em causa é o orçamento e não a empreitada das calçadas, lembrando os esclarecimentos que foram prestados no corrente dia pela DRC. Constatou que esta troca de correspondência é normal, anotando que inclusivamente poderá durar mais tempo até que haja uma conclusão final, reiterando que nada disto põe em causa o orçamento da Câmara, em discussão. A Presidente recordou ainda os problemas já mencionados da empresa em questão, referindo que aguardam uma resposta da mesma, uma vez que está a tentar a cessão da posição contratual.-----

O Vereador Artur Lima lembrou novamente todo o processo, incluindo as críticas apontadas pelos Vereadores, bem como os esclarecimentos prestados pela fiscalização, que na sua opinião deve ser despedida, uma vez que nunca entregou nenhum relatório sobre a obra, à exceção do das multas. O Vereador Artur Lima releu novamente o referido ofício, de 29 de outubro, que considerou bastante claro e objetivo, destacando o conjunto de medidas a concretizar obrigatoriamente pela Câmara Municipal, no âmbito do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2004/A, que passou a ler, destacando que é referido por três vezes a expressão “totalmente inaceitável” e que termina com o adjetivo “mediocre”. Ressalvou ainda que o ofício termina dizendo que “os trabalhos respeitantes à empreitada em curso só deverão continuar após a retificação dos aspetos indicados”. Pôs a hipótese de retirarem a empreitada das calçadas do orçamento e suspender os trabalhos previstos, anotando que têm motivos suficientes para rescindir contrato com o empreiteiro, ficando apenas em orçamento a verba para as correções. O Vereador Artur Lima frisou o contrasenso que existe entre o referido ofício e os esclarecimentos prestados no corrente dia. A Presidente ressalvou que o ofício vem na sequência de um despacho desfavorável do Diretor Regional da Cultura.-----

A Presidente reiterou que não há inserção de qualquer nova rubrica no orçamento, destacando que estão sempre a falar do mesmo procedimento, ou seja, neste momento não há um impacto na apreciação do orçamento, mesmo que a empreitada venha eventualmente a necessitar de alguma adaptação. A Presidente constatou ainda que começaram a debater um dos aspetos do orçamento antes mesmo da apresentação deste.-----

A Presidente passou então à apresentação do documento, começando por dizer que a proposta de orçamento para 2013 foi realizada assentando em pressupostos base, que passou a enumerar: equilíbrio financeiro, assegurar os compromissos assumidos e em desenvolvimento, assegurar a manutenção de apoios e incentivos a atividades com peso para a sociedade angrense, investir em áreas base para o bem-estar da população, mas que sejam auto sustentáveis em termos de futuro. Destacou de seguida os elementos que disse terem assumido maior destaque para a elaboração desta proposta, nomeadamente: o aumento de cinco por cento nos descontos para a Caixa Geral de Aposentações; um aumento previsível do Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) que não será ainda englobado no plano e orçamento, reservando-se para introdução posterior, em função dos resultados e do que vier a ser definido; a manutenção dos fundos do Estado, embora as transferências para os municípios sejam divididas em 80% para correntes e 20% para capital, contrariamente ao que tem acontecido e ao contrário do ano 2012 em que era de 60/40, respetivamente; a internalização da Culturanga, atividades e trabalhadores transferidos para o município; alteração da orgânica da Câmara Municipal, que leva a um maior número de unidades e que dificulta neste ano uma comparação direta com as opções tomadas em 2012, já que agora se fala ao nível de divisões e não ao nível de departamentos, como se falava anteriormente.-----

De entre as áreas agregadoras, em termos de grandes opções do plano, a Presidente disse que se evidencia: a rede viária, com a reabilitação de arruamentos do concelho, no âmbito do Pacote 4, a asfaltagem de sobras de estrada, a reparação de estradas, arruamentos, canadas e muros; o parque escolar, com a construção da nova escola de ensino básico de Santa Bárbara e o pavilhão da escola do Posto Santo. Ao nível do planeamento e requalificação urbana, o Plano de Pormenor e Salvaguarda da zona classificada de Angra do Heroísmo, o início da revisão legal obrigatória do Plano Diretor Municipal (PDM), a retoma dos trabalhos de requalificação da calçada na zona classificada, a conclusão do projeto de execução do Mercado Duque de Bragança e conseqüente lançamento do concurso para o início dos trabalhos da obra, conclusão da obra da Casa de Chá do Jardim Duque da Terceira, a conclusão do projeto do Centro Interpretativo de Angra do Heroísmo e início da obra.-----

A Presidente passou de seguida à cultura, desporto e tempos livres, resultantes da internalização da empresa municipal Culturanga, explicando que há uma adaptação de procedimentos: a transição das Sanjoaninas, a Temporada de Teatro, o Cinema, o Roteiro Cultural pelas Freguesias, a manutenção dos apoios e parceria com o AngraJazz, COFIT e Encontro de Coros, manutenção do espaço de tecnologias de informação e comunicação, programação diversa, manutenção das zonas balneares e candidatura às bandeiras azuis, etc.-----

Relativamente ao ambiente, a Presidente destacou a intervenção ao nível do abastecimento de água e saneamento, bem como a recolha de resíduos, a ser discutida

posteriormente no orçamento dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo (SMAH).-----

No âmbito da ação social, a Presidente ressaltou o apoio ao desporto, apoios a associações sem fins lucrativos, centros de convívio, entre outros, intervenção no combate às toxicodependências, continuação do Bolsangra e das ações junto da população sénior do concelho, através do Cartão Municipal do Idoso ou do programa de Teleassistência, manutenção do regulamento de apoios a estratos sociais desfavorecidos, apoio a famílias mais numerosas, mediante a manutenção do Cartão 4+, manutenção de habitações sociais, entre outros.-----

Relativamente às freguesias, a Presidente indicou que se mantém a política de descentralização de atividades, mediante a delegação de competências nas Juntas de Freguesia, que disse que este ano se vêem reforçadas em cerca de oitenta mil euros, comparativamente a 2012.-----

Em números, apontou que o total do orçamento é de dezoito milhões, zero vinte e um, cento e noventa euros, há uma redução de 22,48% em relação ao orçamentado no final de 2012, essencialmente justificado pela conclusão de alguns projetos financiados pelo PROCONVERGENCIA e início de outros, que numa fase inicial não representam despesa financeira. Indicou que as despesas de capital totalizam sete milhões, setecentos e oitenta mil, setecentos e setenta e sete euros, que disse representar 43,18%, enquanto que as despesas correntes assumem dez milhões, duzentos e quarenta mil, quatrocentos e treze euros, ou seja 56,82% do total. De entre as despesas correntes a que assume maior peso são os recursos humanos, com 43,12%, e a aquisição de bens e serviços, com 27,07%. Indicou, de seguida, que nas despesas de capital destacam-se os valores associados à escola de Santa Bárbara, ao pavilhão da escola do Posto Santo, ao projeto do Mercado Municipal e ao Pacote 4 de estradas, que apontou assumirem maior peso no orçamento. Informou que o total do plano plurianual de investimentos de 2013 cifra-se em quatro milhões, quatrocentos e doze mil, duzentos e quarenta e sete euros. Relativamente à receita, a Presidente destacou que virão do Estado nove milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil, zero sessenta e oito euros, com a respetiva alteração das proporções de correntes e capital de 80 e 20%, respetivamente. As receitas correntes ascendem a doze, cento e setenta e sete, quinhentos e oitenta e cinco euros, assumindo um peso de 66,36% do total, enquanto que as receitas de capital são de cinco milhões, oitocentos e quarenta e três mil e seiscentos euros, ou seja 33,64% do valor global, concluindo que o orçamento está equilibrado.-----

No que respeita à primeira versão do orçamento participativo, a Presidente ressaltou que foram refletidas as opiniões manifestadas e dado, sempre que possível, ênfase aos aspetos que foram considerados prioritários. Em relação ao direito de oposição e às diferentes abordagens que foram feitas, quer para a discussão deste documento, quer ao longo do último ano, foram englobadas todas as propostas, opiniões e solicitações que foram manifestadas, desde que tivessem o respetivo enquadramento legal, financeiro e estrutural. Informou ainda que a capacidade de endividamento do município está nos 98%, respeitando o que está legalmente imposto, acrescentando que não se prevêem novas contratações de empréstimos, tal como não se prevê a necessidade de recorrer a programas de apoio ao endividamento. No que diz respeito a fundos comunitários, apontou que o Município tem aproveitado a disponibilidade destes para investimento em redes de água, estruturas viárias, estabelecimentos de ensino e continuando este investimento. Com vista a respeitar a Lei dos Compromissos e

Pagamentos em Atraso, a Presidente indicou que se solicita a antecipação de fundos para novos projetos a candidatar ao PROCONVERGENCIA, tal como previsto na referida Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.-----

A Presidente concluiu que o plano e orçamento, incluindo o mapa de pessoal, estão profundamente afetados pela internalização da Culturangra, pela reformulação orgânica, pela Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso e pela situação que o país atravessa, destacando que se trata de um orçamento muito objetivo, cauteloso e realista.-----

O Vereador Artur Lima apontou que não discutiram o orçamento porque tinham primeiro de resolver o ponto da internalização da Culturangra. Explicou que, da mesma forma, a questão das calçadas, que disse ter valor idêntico, era um ponto fulcral e a resolver antes da discussão do orçamento, sobre o qual apontou não ter mais nada a dizer.-----

O Vereador António Ventura ressaltou que os Vereadores do PSD (Partido Social Democrata) reiteram as declarações do Vereador Artur Lima, apontando que ouviu praticamente a mesma coisa relativamente ao orçamento de 2009. Indicou que a discussão prévia deste assunto resulta da surpresa que tiveram ao receber o parecer da DRC, que destacou ter sido solicitado há muito tempo e por várias vezes. Sublinhou novamente as características do documento e a informação nele constante, relativamente à má execução desta obra, que deu conta que visitou recentemente com o Vereador Fernando Dias num dia de chuva, frisando novamente a questão do espaçamento entre as pedras, considerando que esta calçada parece que não foi alvo de qualquer intervenção. Realçou que há um conjunto de vozes que subscrevem estas críticas, tanto os cidadãos comuns como os que têm conhecimento empírico na matéria, pondo a possibilidade de um destes apresentar queixa ao Ministério Público, sobre a má utilização dos dinheiros públicos, concluindo ser por isso que têm de acautelar bem este assunto. Afirmou que não troca o parecer pelos esclarecimentos prestados.-----

A Presidente ressaltou que a internalização da Culturangra e a questão das calçadas são coisas diferentes, de valores diferentes, já que o orçamento da Culturangra era de um milhão e duzentos mil euros e a empreitada está inscrita no orçamento com cerca de quinhentos mil euros, apesar de que qualquer um teria um impacto significativo no orçamento. Apontou que se não fosse feita a internalização obrigaria a um contrato programa com a empresa municipal, que nem estava previsto. O Vereador Artur Lima destacou que havia a possibilidade de extinção de imediato, não dando lugar à internalização, que sublinhou não ser obrigatória. A Presidente referiu que seria sempre preciso tomar uma decisão em relação às atividades e aos funcionários. O Vereador Artur Lima realçou que a internalização foi uma opção, anotando que não foi decisão sua e reiterando que havia a possibilidade de extinguir a empresa, despedir os funcionários e então a Câmara assumir os serviços posteriormente. A Presidente referiu que os despedimentos incluíam a equação de indemnizações. Relativamente às calçadas, a Presidente reiterou a sua posição, afirmando que existem problemas, mas que estes não põe em causa agora o que está previsto no orçamento. A Presidente manifestou acreditar que ainda esta semana terão resposta e uma proposta por parte da empresa, supondo novamente que será a cessão da posição contratual.-----

O Vereador Artur Lima considerou que houve da parte de todos um certo facilitismo sobre este processo das calçadas, anotando que o mesmo remonta a abril do ano transato. Realçou o facto de só terem tido acesso a este último parecer no corrente dia e

antes da discussão do orçamento, concluindo que quem o aprovar, como está e indo contra a decisão vinculativa da DRC, incorre nas responsabilidades previstas na lei. A Presidente reiterou que não há qualquer proibição ou embargo à obra pela DRC, mas sim um parecer desfavorável às respostas da Câmara e que aconselha a revisão e correção das situações apontadas antes da continuação dos trabalhos. O Vereador Artur Lima considerou que não se trata de uma sugestão, mas de uma condição que não se verifica, uma vez que não foram feitas as retificações.-----

O Eng. Artur e a Dra. Isabel juntaram-se à discussão. O Eng. Artur começou por dizer que a afirmação “os trabalhos só devem continuar depois de corrigidos os aspetos mencionados” significa que não se repitam, de futuro, os erros evidenciados, concluindo que não pode conceber esta informação de outra forma, se não seria um auto de embargo. O Vereador António Ventura discordou, anotando que se trata da interpretação do Eng. Artur. O Eng. Artur destacou ainda que foi enviado o projeto à DRC previamente, incluindo o caderno de encargos, que recebeu parecer favorável do Diretor Regional da Cultura, concluindo que o início desta empreitada só aconteceu porque havia este parecer prévio e favorável da DRC, datado de 13 de maio de 2011.-----

O Vereador Fernando Dias questionou se as golas das caixas estavam previstas no projeto. O Eng. Artur anotou que não tem de momento o projeto, salvaguardando que os promotores de execução desta empreitada dizem respeito ao conhecimento empírico e que as sarjetas não vêm descritas exaustivamente no projeto. Referiu que existe um parecer que não inclui nenhuma condição relativa às golas das caixas. Indicou ainda que se em vez de uma armação de betão em torno das caixas fosse utilizada pedra de calçada, estas vão acabar por ficar levantadas com a passagem dos carros, ressalvando que há vários exemplos destes na cidade. O Vereador Fernando Dias indagou quanto tempo será necessário para responder ao último parecer da DRC, inquirindo sobre o dia em que este deu entrada na Câmara. A Presidente indicou que foi a 2 de novembro. O Eng. Artur recordou que, na sequência da reunião de Câmara de 18 de setembro e da visita que foi realizada à obra, os Vereadores solicitaram um relatório com as situações a corrigir, mas com a salvaguarda que tal seria feito depois da chegada do parecer da DRC, que constatou que só chegou depois das eleições, a 2 de novembro. Explicou que ele e o Eng. Gil tentaram que o empreiteiro os acompanhasse aos locais que necessitam de correções, nomeadamente na zona da Rocha, destacando que o empreiteiro abandonou a obra e que sem ele não é possível proceder às retificações. O Vereador Fernando Dias indagou sobre qual a solução. O Eng. Artur indicou que a empresa sugeriu a cessão da posição contratual para outra empresa. O Vereador Fernando Dias inquiriu se o novo empreiteiro procederá às alterações, nomeadamente às golas das caixas e à distância entre as pedras. O Eng. Artur explicou que a questão das golas é fácil e inclusivamente mais barata, porque de agora em diante a pedra encostará às mesmas, conforme solicitado pela DRC, acrescentando que terá de ser feito um contacto entre os empreiteiros, para que o novo proceda às alterações necessárias, nomeadamente refazer as golas. O Vereador Fernando Dias ressaltou a questão da distância entre as pedras. O Eng. Artur anotou que mantém a informação que prestou no dia da visita, ou seja, que a distância entre as pedras está a ser cumprida. Informou ainda que se prestou a acompanhar os técnicos da DRC numa visita ao local, apontando que o parecer é generalista e que já é o segundo na troca de correspondência.-----

O Vereador António Ventura destacou que o parecer da DRC é desfavorável em relação aos esclarecimentos prestados pela Câmara, apontando que não são solicitados mais esclarecimentos, mas sim a correção das situações assinaladas antes que a obra avance. Afirmou que tal não poderá acontecer da forma como está prevista esta obra no

orçamento. A Presidente contrariou a posição do Vereador, anotando que não podem inventar valores, concluindo que os valores previstos são os que estão contemplados, acrescentando que se houver alguma alteração na empreitada dará lugar a uma revisão ou a uma alteração do orçamento, realçando que se trata de uma possibilidade que não se verifica agora. Os Vereadores António Ventura e Fernando Dias consideraram que o parecer da DRC tem implicações no Orçamento ao contrário do afirmado pela Presidente.-----

A Dra. Isabel interveio para assinalar que os orçamentos são feitos com base em documentos previsionais e que, por isso, é que são alvo de alterações e de reforços, concluindo que o facto de estar no orçamento não vincula o município a prosseguir com qualquer empreitada, porque tem de haver uma deliberação, que implica todo um procedimento, à semelhança do que aconteceu com a Casa de Chá, concluindo que não é altura para isso. Explicou que não é o momento para discutir o incumprimento definitivo ou eventualmente até defeituoso, anotando que não se vai criar uma rubrica nova só porque há uma alteração de fornecedor, porque se mantém o concurso público e o valor. A Dra. Isabel considerou que estão ainda numa fase prematura em relação à deliberação final, uma vez que a matéria de facto que está aqui a ser discutida está a ser rebatida pelos próprios técnicos da Câmara Municipal, concluindo que se trata de uma questão técnica, que terá o devido enquadramento jurídico.-----

O Vereador Fernando Dias questionou novamente quanto tempo será necessário para dar resposta a este último parecer. O Eng. Artur explicou que a demora está diretamente relacionada com o facto do empreiteiro ter abandonado a obra. O Vereador Fernando Dias apontou novamente se o novo empreiteiro procederá às correções. O Eng. Artur reafirmou que aguardam resposta da empresa.-----

A Presidente reiterou o que está em causa e em discussão e recordou que não se trata de um assunto novo, indicando que os Vereadores foram sendo informados sobre o ponto de situação da obra e da empresa pela própria.-----

O Vereador Fernando Dias considerou que o que está em causa é que a rubrica, de quinhentos mil euros, não vai ser suficiente. O Eng. Artur ressaltou a existência da garantia bancária. A Presidente destacou que é uma possibilidade, mas que se trata de um documento previsional. O Vereador Fernando Dias referiu novamente o facto das ruas terminadas terem sido recebidas pela fiscalização e pela Câmara Municipal, concluindo que não é sobre elas que incide a garantia. A Presidente discordou, apontando que a garantia incide sobre a fase posterior, após a receção da obra. O Eng. Artur reiterou a posição da Presidente e esclareceu que rececionar a obra não implica com o período de garantia de cinco anos, que começa depois do fim da obra. O Eng. Artur destacou que a garantia bancária cobre os defeitos de execução. O Vereador Hugo Rosa realçou ainda que a receção definitiva só ocorre depois do período de garantia de cinco anos terminar. O Vereador Fernando Dias apontou que o problema é que a obra foi recebida, embora provisoriamente, e a fiscalização referir que a distância entre as pedras está correta, quando a DRC considera que não está, indagando em que é que ficam. A Presidente respondeu que se trata de um processo inconclusivo e inconcluído e com o qual a Câmara Municipal não concorda. O Vereador Fernando Dias assinalou que se não estão de acordo com o caderno de encargos e receberam a obra o problema não é do empreiteiro mas da autarquia. O Eng. Artur reiterou que a execução está de acordo com o caderno de encargos.-----

O Vereador Artur Lima recordou o processo novamente, reportando-se ao parecer final, com o qual a Presidente indicou que a Câmara continua a discordar. O Vereador Artur Lima ressaltou que quem tem autoridade nesta matéria não é a Câmara. A Presidente salvaguardou que a DRC ainda não está a impôr nada à Câmara. O Vereador Artur Lima questionou a Dra. Isabel a respeito, que respondeu que o documento depende da apreciação da matéria de facto e de direito, cabendo ao Eng.º Artur dar parecer e ao departamento jurídico dar o respetivo enquadramento legal.-----

O Vereador António Ventura apontou novamente a qualidade da execução e os comentários por parte dos cidadãos. A Presidente considerou que há uma diferença manifesta entre as ruas intervencionadas e as restantes. O Eng. Artur reiterou a declaração da Presidente, acrescentando que o estado da calçada da Ladeira de São Francisco, da Rua da Sé e do Galo é miserável, facto que é sustentado por quem tem conhecimento empírico na matéria, como os calceteiros. O Vereador António Ventura deu conta que os calceteiros dizem que a vibração mecânica não é ideal para as calçadas, mas sim o assentamento manual. O Eng. Artur apontou que se a sua palavra vale menos do que a de um calceteiro vai-se embora, pedindo licença à Presidente, manifestando que esta situação é quase ofensiva, já que está a tentar explicar devidamente o que se passa. O Vereador António Ventura retorquiu que falou com diversos calceteiros que lhe disseram o mesmo, convidando o Eng. Artur a percorrer as ruas intervencionadas e reportando novamente que ele e o Vereador Fernando Dias levantaram facilmente a calçada.-----

O Vereador Artur Lima referiu-se mais uma vez ao parecer e às condições impostas, com carácter obrigatório e com as quais o Eng. Artur disse que vão cumprir. O Vereador Artur Lima apontou ser esta a questão, considerando que deveria constar do orçamento uma rubrica aberta para correção dos trabalhos. A Presidente reiterou que as correções serão sempre feitas no âmbito da empreitada, algumas delas pelo menos. O Vereador Fernando Dias evidenciou mais uma vez o facto de as ruas terem sido rececionadas provisoriamente. A Presidente ressaltou que haverá uma reunião com a DRC em que as questões sobre as alterações serão debatidas, dando conta que não concorda com a questão das golas. O Vereador Fernando Dias supôs que as golas deverão ser o mais fácil de corrigir, indagando sobre a distância entre as pedras, que a Presidente indicou que será o mais fácil, uma vez que recai totalmente sobre o empreiteiro. Os Vereadores voltaram a falar da situação da empresa e da possibilidade da cessão da posição contratual, que obriga a que a nova empresa assuma o contrato que havia sido feito com a primeira empresa contratada.-----

O Vereador Artur Lima questionou se o parecer da DRC é ou não vinculativo. O Eng. Artur respondeu que sim, reiterando que será cumprido. A Dra. Isabel confirmou que o parecer é vinculativo, anotando que é preciso saber se está bem fundamentado, considerando que tem de haver um entendimento institucional. A Presidente indicou que esta troca de correspondência é normal, situação que o Vereador António Ventura apontou que não aconteceria se se tratasse de um particular. A Dra. Isabel ressaltou não ter conhecimento da DRC alguma vez ter embargado uma obra da Câmara Municipal.-----

O Vereador António Ventura, antes da saída do Eng. Artur e da Dra. Isabel, afirmou que esta discordância resulta do facto de se terem ouvido várias vozes sobre esta matéria, assinalando que até considera esta discussão saudável, sublinhando que não quis, em nenhuma ocasião, pôr em causa o trabalho e os conhecimentos do Eng.º Artur.-----

O Vereador Artur Lima inquiriu sobre a possibilidade de ambos redigirem um parecer técnico e jurídico favorável a que se mantenha esta rubrica no orçamento. O Eng. Artur recordou as palavras do Vereador Artur Lima sobre a fiscalização, nomeadamente sobre o facto de ter sido contratada por quarenta mil euros, considerando que deverá ser esta a elaborar esse relatório, ressaltando que o acompanhamento diário dos trabalhos não é feito pelo próprio, mas sim pela fiscalização da obra.-----

A Presidente reforçou a pergunta feita pelo Vereador Artur Lima, questionando se no entendimento do Eng. Artur e da Dra. Isabel esta rubrica deve ser mantida no orçamento. A Dra. Isabel respondeu que não há qualquer inconveniente em que o seja, bem como o Eng. Artur. A Presidente manifestou ainda que no seu entendimento tem de estar, independentemente de futuras necessidades de adaptação. A Dra. Isabel concordou, uma vez que se trata de um documento provisional.-----

O Vereador Fernando Dias concordou que pode estar, mas que a questão dos Vereadores do PSD (Partido Social Democrata) era que constasse um reforço por via das correções a fazer, indagando quanto é que poderão custar. A Presidente ressaltou novamente que isso não põe em causa o orçamento, recordando a comparação feita pela Dra. Isabel com a Casa de Chá, considerando que é a mesma situação, com montantes diferentes. O Vereador Fernando Dias considerou que não é. A Dra. Isabel confirmou que a questão de princípio é a mesma, assinalando que há um compromisso na sequência da adjudicação perante o fornecedor, concluindo que enquanto não se aferir o que acontece a esse compromisso tem de se manter no orçamento. O Vereador Fernando Dias retorquiu que concorda que se mantenha, mas que devia ser reforçado, como previsão, por via dos encargos adicionais para a Câmara Municipal, supondo que esses cálculos já deveriam ter sido feitos. A Presidente reiterou que tal, a acontecer, será feito através de uma alteração. O Eng. Artur garantiu que não vai haver encargos. O Vereador Fernando Dias inquiriu se não vai haver trabalhos a mais. O Eng. Artur respondeu que não vai haver trabalhos a mais, conforme a lei os tipifica.-----

O Vereador Artur Lima perguntou se a empresa está em insolvência. O Eng. Artur respondeu que está em revitalização.-----

O Eng. Artur e a Dra. Isabel deixaram a reunião.-----

Depois de um intervalo, o Vereador Artur Lima considerou que só têm uma opção, a de pedir parecer e relatório técnico à fiscalização, recordando que foi essa a indicação do Eng. Artur. A Presidente recordou que ambos concordam que esta rubrica deve constar do orçamento, ressaltando ainda que este processo foi a visto do Tribunal de Contas, foi submetido a fundos comunitários e que tem a respetiva verba enquadrada. O Vereador Fernando Dias realçou novamente que não percebe qual o problema de ter mais previsão de verba no plano. A Presidente respondeu que não há qualquer documento técnico que indique essa necessidade, ressaltando que esta, a existir, poderá ser feita no âmbito de uma alteração. O Vereador Artur Lima frisou o facto de o parecer indicar, taxativamente, que a obra não deve continuar sem que sejam feitas as devidas alterações. A Presidente retorquiu que o pedido de parecer à fiscalização não põe em causa a discussão do orçamento. A Presidente lembrou que veio a reunião de Câmara a calendarização da obra e que a própria solicitou que fosse retirada, por via da situação da empresa e do facto de estarem à espera de uma resposta. Concluiu que uma situação não implica com a outra, sublinhando que não há de momento necessidade de proceder a qualquer alteração do orçamento.-----

O Vereador Artur Lima questionou se não houve mais candidaturas a fundos comunitários nas obras do orçamento. A Presidente recordou ter referido na sua apresentação que estão numa fase em que uns projetos estão a terminar e outros a começar. O Vereador Artur Lima indagou se não houve candidaturas em 2011, referindo-se nomeadamente ao Mercado Duque de Bragança. A Presidente confirmou que será com fundos comunitários, mas deu indicação que a candidatura ainda não foi feita.-----

O Vereador António Ventura apontou que, perante todos estes factos e evidências, ficariam todos mais confortáveis se houvesse um parecer que sustente que não há impactos no orçamento, manifestando ainda concordar com o pedido de relatório técnico e parecer à fiscalização feito pelo Vereador Artur Lima, para que possam tomar uma decisão, anotando que se tiver de a tomar agora será negativa.-----

A Presidente ressaltou que o Vereador António Ventura tem todo o direito de assumir a posição que entender, mas deu conta de não a perceber. Realçou que foram prestados todos os esclarecimentos possíveis, desde o adiamento da reunião para a tarde, à presença dos diretores de departamento, anotando ainda que foram feitos todos os esforços possíveis, desde a elaboração do orçamento até agora, que inclui as propostas dos Vereadores, à exceção de uma que recordou ter explicado que não foi possível. A Presidente relembrou a discussão do orçamento do corrente ano, em que, apesar dos esforços que a própria fez para chegarem a um entendimento, o Vereador António Ventura afirmou que não têm obrigatoriamente de estar em acordo.-----

O Vereador António Ventura esclareceu que o facto de terem enviado um conjunto de propostas não é suficiente para darem aval positivo ao plano e orçamento, que qualificou de um “saltitão” de grandes bandeiras que vêm desde 2009 sem concretização, classificando que é grave o que está ali. Recordou o compromisso das Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), que a Presidente disse estar plasmado no orçamento dos SMAH. O Vereador António Ventura indicou que está plasmado o estudo. A Presidente afirmou que o estudo já foi realizado, apontando que está plasmado o projeto de execução e a obra. O Vereador António Ventura recordou o acordo de cavalheiros feito em 2010 para que isto estivesse no orçamento de 2012, onde destacou que não foi contemplado, realçando que abdicaram desse compromisso em favor do Orçamento. Concluiu que já tiveram a sua cota parte de quebras de compromisso e de lealdade.-----

A Presidente questionou se já houve quebras de lealdade e de compromisso da sua parte, sustentando que não pode falar sobre as pessoas que a antecederam, mas sim do que envolver o trabalho e o desenvolvimento, afirmando que assume a responsabilidade de todos os procedimentos. O Vereador António Ventura evidenciou o facto deste mandato ter tido início em 2009 e não no ano transato, recordando, a propósito de quebras de lealdade e estabilidade, o comunicado feito pelo PS relativamente à estabilidade deste concelho. Indicou ainda o facto de um ano depois o PS (Partido Socialista) está a privilegiar o Governo Regional em detrimento da Câmara Municipal, referindo a saída do Vice-presidente para subir outro. Manifestou que têm havido atropelos a esta estabilidade anunciada, que disse serem gravíssimos, acrescentando que desde 2009 já saíram quatro pessoas do executivo do PS (Partido Socialista), considerando que tudo isto provocou uma quebra de lealdade perante a confiança que foi sendo criada com a Presidente nesta Câmara, que considerou que foi desrespeitada.-----

A Presidente deu conta de que não sentiu nenhuma quebra de lealdade para com a própria, realçando o trabalho positivo que foi desenvolvido com o então Vereador e Vice-Presidente José Élio Ventura. Destacou ainda perceber que estas circulações sejam frequentes, uma vez que acontecem noutras Câmaras, concluindo que se sente muito bem acompanhada pelo atual Vice-Presidente.-----

O Vereador António Ventura apontou que a questão não são as pessoas, enquanto procurava o referido comunicado do PS (Partido Socialista), que disse pensar que a Presidente subscreve. A Presidente afirmou que subscreve a estabilidade, destacando que se tem esforçado nesse sentido, bem como no sentido do bom entendimento, acrescentando que pensa que se têm esforçado todos para isso. O Vereador António Ventura referiu novamente a substituição do Vereador José Élio Ventura, manifestando que parece que não havia mais adjunto nenhum para a Secretaria dos Recursos Naturais, que realçou implicar a subida de mais um elemento da lista, o que apontou levar a uma quebra da credibilidade, ressaltando que inclusive os funcionários gozam com esta situação.-----

O Vereador Fernando Dias recordou o pedido que foi colocado. A Presidente assentiu que será pedido o parecer à fiscalização, reiterando que isso não compromete a discussão e votação do orçamento. O Vereador Artur Lima manifestou que tem dúvidas. O Vereador António Ventura destacou o outro pedido, que seja elaborado um parecer jurídico que diga que se deve manter esta rubrica com este montante no orçamento. A Presidente reportou-se à manifestação do entendimento da Dra. Isabel. O Vereador António Ventura referiu-se a um parecer por escrito, que a Presidente disse ter a mesma validade do que a gravação da ata.-----

O Vereador Artur Lima apontou que não tem nenhum motivo de quebra de lealdade por parte da Presidente, mas disse ter em relação ao anterior executivo, destacando que a Presidente não é responsável mas é herdeira politicamente. O Vereador Artur Lima indicou ainda que se este documento tivesse sido entregue antes talvez já tivessem resolvido esta questão. Perante isto, considerou que a culpa da eventualidade de não haver Orçamento não é dos Vereadores da oposição, mas sim da DRC. Destacou ainda ter algum receio, por via do que aconteceu no outro processo, ressaltando que no relatório do Tribunal de Contas é inclusive descrita a forma como se arranhou o parecer às pressas, concluindo que não se quer meter noutra. A Presidente apontou que nenhum dos presentes quer, anotando que são situações distintas. O Vereador Artur Lima referiu novamente que a posição da DRC é inequívoca, ou seja, a obra tem de parar. Apesar disso, salientou que um orçamento são documentos previsionais, recordando as obras que estão neste orçamento, que figuraram noutros orçamentos, de outros anos, e que não foram feitas, concluindo que se juntassem aqui quatro ou cinco grandes obras concluíam que nenhuma foi feita, com a agravante de não estarem neste orçamento. Referiu-se nomeadamente ao Mercado Duque de Bragança, do qual disse só constar o projeto. A Presidente esclareceu que está no orçamento o projeto e o início da obra, recordando que o processo veio a reunião de Câmara e foi votado na mesma, dando conta que é do conhecimento de todos que foi lançado o concurso e que neste momento está a decorrer o relatório. O Vereador Artur Lima questionou há quantos anos é inscrita verba para esta obra. A Presidente respondeu não saber, afirmando que há efetivamente situações às quais não foi possível dar andamento no ano 2012, assumindo esse facto e essa responsabilidade, sublinhando que há uma série de procedimentos bloqueados por causa da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em

Atraso, apesar do município de Angra ser dos poucos do país que tem uma situação equilibrada e que não teve de recorrer a fundos, explicando o que esta lei implica. O Vereador Artur Lima anotou que estão a falar desde 2009. A Presidente explicou estar a falar deste ano e das situações a que darão continuidade, como o Mercado Duque de Bragança, a adjudicação da intervenção em Santa Luzia, o estudo do Plano e Pormenor de Salvaguarda, que anotou que é um processo que leva anos a fazer e que está em execução.-----

O Vereador António Ventura indicou que estava previsto concluir e aprovar esse estudo no orçamento de 2012. A Presidente explicou que este está dependente de várias entidades, mas deu conta que trará um relatório com as atividades concluídas e com as não concluídas, assumindo a responsabilidade por estas. O Vereador António Ventura reportou-se novamente ao que estava previsto no orçamento de 2012, no âmbito do estudo do Plano de Pormenor e Salvaguarda da zona classificada de Angra do Heroísmo, que o Vereador Fernando Dias anotou que remonta a 2004. A Presidente reiterou que assume essa responsabilidade, reportando que na primeira reunião que teve com a empresa encarregue do estudo indicou que o estudo tinha de estar finalizado este ano. O Vereador António Ventura questionou então o porquê de levantarem estas bandeiras todos os anos. A Presidente questionou se o Vereador conhece alguma autarquia que tenha uma execução de cem por cento. O Vereador Artur Lima deu conta de conhecer uma que tem quase, Ponte de Lima. A Presidente deu conta que desconhecia, brincando que se tivesse chapéu tirar-lhe-ia. O Vereador António Ventura concluiu que o que condena é a grande publicitação que todos os anos é feita e transmitida publicamente e todos os anos está tudo igual. A Presidente manifestou que não publicita nada. O Vereador António Ventura indicou que ainda não viu esta Câmara reconhecer, com humildade, que as coisas têm dificuldades. O Vereador António Ventura referiu-se novamente ao Plano de Pormenor e de Salvaguarda, ao plano das toxicodependências, que apontou que era para ser revisto e não o foi, quando os Açores têm a maior taxa de consumo de substâncias psicoativas. Acrescentou ainda o Estudo do Trânsito, que a Presidente manifestou ter informado, ao próprio, que não foi considerado prioritário neste momento. O Vereador António Ventura referiu de seguida o Estudo da Organização da Zona Nascente, o Estudo Económico-financeiro, a Ciência Divertida, a Matemática a Brincar, a Bolsangra, os Parques subterrâneos e de superfície, que concluiu terem sido grandes anúncios que se traduziram num grande falhanço, quando se compara o que estava previsto e o que foi executado. Concluiu que o concelho de Angra não pode continuar sem um plano estratégico de crescimento, conforme disse existir noutros municípios, que preveja onde é que os serviços públicos se devem situar, para onde a cidade deve crescer e quais as novas implementações estruturais, para que não se repitam obras como a da nova biblioteca.-----

O Vereador Artur Lima apontou que se quiserem arriscar chumbar o orçamento, o próprio arrisca. A Presidente retorquiu que é uma possibilidade, que implicará a passarem a gestão corrente. O Vereador Fernando Dias indicou que no caso de chumbo do orçamento o Tribunal de Contas vem perguntar o motivo. A Presidente assentiu, salvaguardando que o chumbo de um orçamento tem de ter um fundamento legal.-----

A Presidente ressaltou, sobre a declaração do Vereador António Ventura, que o mesmo não prestou atenção à apresentação que a própria fez do orçamento, esclarecendo que referiu qual a linha orientadora do documento e quais as opções. Apontou ainda que salientou as dificuldades que vão enfrentar em 2013, que condicionaram obviamente a realização do orçamento, acrescentando que há medidas que têm um impacto brutal neste orçamento e que reduzem a receita, citando o não aumento dos tarifários, a

criação de tarifários sociais, a criação de descontos, a aplicação dos valores mais baixos do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis), entre outras. Ressalvou que é uma opção e que menos receita implica menos investimento, considerando que a opção de deixar o dinheiro nos bolsos das pessoas é unânime nas discussões que têm tido. Reiterou ainda que concluiu a apresentação do orçamento descrevendo-o como objetivo, cauteloso e realista. Assinalou ainda que em anos anteriores houve orçamentos de Câmara com valores que atingiam quase o dobro deste, concluindo que se trata de uma opção clara, já que não podem ter o melhor dos dois mundos. A Presidente indicou que quando a proposta do orçamento foi elaborada foi remetida para o direito de oposição, anotando que as propostas enviadas por estes foram inseridas no orçamento, acrescentando que o mesmo foi acontecendo com as propostas feitas ao longo do ano. Posto isto, afirmou que a decisão está em cima da mesa e que o chumbo é uma opção que os Vereadores têm.-----

O Vereador Artur Lima referiu que o chumbo ou a aprovação de um orçamento é uma opção política e não legal. A Presidente reiterou que para o chumbo tem de haver uma fundamentação legal. O Vereador Artur Lima acrescentou que também pode ser fruto de uma discordância política, assinalando que a sua diz respeito à construção do pavilhão desportivo da escola do Posto Santo, previsto no orçamento de 2012 com uma verba de quinhentos e quarenta e sete mil euros, que não foi executada, e agora a verba é repartida entre 2013 e 2014, com cento e oitenta e dois mil euros em 2013 e trezentos e sessenta e quatro mil euros em 2014, quando não se sabe quem estará nesta Câmara em 2014. Considerou que este executivo não deveria comprometer o próximo, a não ser em obras de fundo, como a das calçadas. Manifestou que não fazia o pavilhão do Posto Santo e reabilitava a jóia da coroa da cultura angrense, o Teatro Angrense, que anotou que tem sido vilipendiado quer pela Câmara Municipal, quer pelo Governo Regional. O Vereador António Ventura concordou, acrescentando que excluiria igualmente o Centro Interpretativo, que não considerou ser uma prioridade. O Vereador Artur Lima assinalou que este último se deve fazer, mas não em 2013, declaração com a qual o Vereador António Ventura concordou. O Vereador Artur Lima questionou a Presidente se há abertura para trocar verba de um lado para o outro. O Vereador Artur Lima reportou-se ainda à escola de Santa Bárbara, que disse ser uma promessa eleitoral, ressaltando os avanços e recuos que tiveram lugar entre a Câmara e o Governo Regional. Destacou, de seguida, a aquisição de habitações, que recordou vir desde 2011 pelo menos, anotando que o orçamento de 2012 previa a execução do remanescente do investimento de setecentos e tal mil euros, realçando que voltam a transitar para 2013 cinquenta e cinco mil euros, inquirindo que habitações são estas. Concluiu que existe discordância política fundamentada relativamente a três ou quatro obras, que justificam não poder votar favoravelmente este orçamento atualmente. Evidenciou de seguida que a revisão do PDM (Plano Diretor Municipal) apresenta uma verba de duzentos e cinquenta mil euros, cento e trinta para 2013 e cento e vinte para 2014, manifestando que esta revisão devia ser iniciada em 2014 e não no final de um mandato.-----

A Presidente, em relação à questão se há ou não abertura para alterar o orçamento, indicou que essa abertura foi manifestada pela própria há dois meses atrás, altura em que indicou que iam começar a trabalhar o documento e em que apontou que os Vereadores da oposição dessem conta de qualquer questão que gostassem de ver refletida no orçamento. Acrescentou seguidamente que os documentos que estão a analisar lhes foram entregues há um mês e que não sofreram qualquer alteração, porque não houve nenhuma proposta nesse sentido. Relativamente à reabilitação do Teatro Angrense, indicou que o projeto está previsto no orçamento em trinta e sete mil e

quinhentos euros mais quarenta e nove mil e cem, totalizando oitenta e seis mil e seiscentos euros, concluindo que estão de acordo com a importância e com a urgência da intervenção. A Presidente ressaltou ainda que foram transferidos os espetáculos para o Centro Cultural em 2013 para que se possa começar de imediato a fazer as intervenções necessárias, os projetos e a avaliação, concluindo que também considera que o Teatro Angrense é a jóia da coroa cultural do concelho. O Vereador Artur Lima anotou que diz isto há três anos. O Vereador Fernando Dias salvaguardou que os Vereadores do PSD (Partido Social Democrata) também. No que diz respeito a Santa Bárbara, a Presidente afirmou que o seu *timing* nunca foi eleitoral e que tudo decorreu conforme foi aqui reavaliado e definido. A Presidente indicou de seguida a questão relacionada com as habitações, indicando que é um processo que está pendente, ressaltando que as habitações estão todas concluídas, mas que tem de estar plasmado no orçamento porque diz respeito a uma falta do Instituto de Reabilitação Urbana (IRU) a nível nacional e do Governo Central que não está a transferir as verbas. O Vereador Artur Lima destacou que esta falha vem desde 2010, nota que a Presidente confirmou, acrescentando que têm a possibilidade de colocar o referido Instituto de Reabilitação Urbana em tribunal. A Presidente recordou ainda ter reportado que numa das deslocações que teve ao continente esteve reunida com o IRU e que foi informada pelo então Diretor das dificuldades de tesouraria, situação que até hoje não foi regularizada. Apesar disso, a Presidente apontou que esta rubrica tem de estar sempre prevista no orçamento, porque têm esta verba a receber para finalizar este procedimento.-----

O Vereador Fernando Dias considerou que esta situação poderia ser alvo de uma revisão, se não é possível de momento assegurar a execução dessa verba, remetendo para a página vinte e cinco que apontou referir exatamente isso, nomeadamente “que dificilmente será assegurada a sua execução em 2013 face ao incumprimento do Instituto de Reabilitação Urbana”. A Presidente ressaltou que sabem qual é o valor, que este está em falta e que tem de estar previsto no orçamento, caso contrário lhes retira toda a legitimidade para tomar qualquer ação, mas apontou que se esse é o entendimento podem retirar do orçamento. O Vereador Artur Lima salvaguardou que não é obrigatório pagar a totalidade do valor em causa de uma só vez e que tal não acontecerá certamente, uma vez que tem vindo a ser pago desta forma. A Presidente indicou que se trata do montante total em falta, o valor exato, conforme no contrato. O Vereador Fernando Dias manifestou que esse valor está a empolar o orçamento. A Presidente ressaltou que está consignado, reiterando que ambos estão conscientes de que este deve estar previsto e que é completamente inócuo, reiterando que se é esta a questão no seu entender é pacífica, concluindo que retiram.-----

Quanto à revisão do PDM (Plano Diretor Municipal), a Presidente explicou que é obrigatória por lei até 2014, ressaltando que este é revisto de dez em dez anos e que como foi revisto em 2004 tem de ser revisto até 2014. O Vereador Fernando Dias e o Artur Lima indagaram sobre o preço, de duzentos e cinquenta mil euros. A Presidente concordou que é um documento muito caro. O Vereador Artur Lima considerou que é excessivamente caro. A Presidente sublinhou que é um concurso e que o documento é entregue por fases. O Vereador Artur Lima recordou que estão previstos cento e trinta mil euros em 2013 e cento e vinte em 2014, dando conta que retirava cem mil euros em 2013, passando-os para 2014, e deixava trinta mil para o próximo ano, que anotou chegar para abrir o procedimento. A Presidente destacou que os valores não são colocados no orçamento ao acaso, explicando o processo e concluindo que isto não reflete a execução física, mas sim a financeira, concluindo que se atrasar para 2014 não terão o documento a tempo e portanto não se cumpre a lei.-----

O Vereador Artur Lima referiu-se de seguida à rubrica da indemnização da pocilga da Ribeirinha, com cinco euros. Questionou quem é o técnico responsável pelo processo, anotando que o Eng. Artur ficou de contactar com o proprietário, fazer uma avaliação e uma proposta. A Presidente indicou que supõe que os cinco euros sejam uma cautela, acrescentando que calculam que a situação fique resolvida até ao fim do ano.-----

Sobre a questão do pavilhão do Posto Santo, levantada pelo Vereador Artur Lima, a Presidente indicou que este não compromete a situação do Teatro Angrense, porque foi candidato a fundos comunitários. O Vereador Artur Lima inquiriu o porquê de o Teatro Angrense não ser candidatável a esses fundos. A Presidente respondeu que é. O Vereador Artur Lima questionou o que é que dá para fazer com trinta e sete mil euros. A Presidente respondeu que é o que há de execução financeira para o projeto em 2013. O Vereador Artur Lima recordou que este processo do Teatro Angrense dura há quase quatro anos, salientando ainda que o projeto teve previstos cento e cinquenta mil euros em 2010, que não tiveram execução. A Presidente deu conta que conhece o processo, explicando que solicitou ao departamento técnico que fizesse o levantamento do que é necessário para o lançamento do procedimento para o projeto, dados que disse que estão a ser finalizados, concluindo que, lançando o concurso, o valor da execução financeira para 2013 é este. O Vereador Artur Lima apontou que com um determinado valor tinha o Teatro Angrense concluído em agosto. A Presidente salvaguardou que é obrigatório o projeto. Os Vereadores indagaram se este não está pronto. A Presidente esclareceu que a verba prevista é para lançar o concurso para o projeto, que reiterou ser obrigatório e sem o qual não há obra, adiantando ainda que é também obrigatório parecer da DRC. O Vereador António Ventura apontou que o projeto do Mercado Duque de Bragança também foi apresentado, em 2010. A Presidente deu conta de esperar apresentar o do Teatro Angrense. Em tom de graça, o Vereador Artur Lima recordou os projetos apresentados em PowerPoint nesta Câmara que ainda não tiveram execução ou seguimento, sugerindo à Presidente que não o traga neste formato. A Presidente assentiu. O Vereador Artur Lima referiu-se também à apresentação do projeto do mercado, cujo concurso público a Presidente indicou que deverá vir à próxima reunião ou à seguinte. A Presidente informou que houve treze concorrentes. Na sequência das questões dos Vereadores, a Presidente lembrou ter informado que está feito o projeto de arquitetura e que agora estão na parte do projeto de execução, que depois de finalizado conduzirá ao lançamento do concurso para a obra, prevista para o final do ano. O Vereador Artur Lima questionou se a obra será iniciada com cento e oitenta mil euros. A Presidente indicou que sim, tendo em conta a demora do projeto de execução, que apontou para seis meses. O Vereador Artur Lima indagou sobre o porquê de levar seis meses. A Presidente retorquiu que não acredita que leve menos tempo, tendo em conta a invergedura do projeto, concluindo que perceberão melhor quando virem as propostas dos treze concorrentes.-----

O Vereador Fernando Dias perguntou a razão de não haver um projeto Sanjoaninas nas grandes opções do plano. A Presidente indicou que é um centro de custos e não um projeto, anotando que toda a gente diz que Sanjoaninas não são investimento. O Vereador Fernando Dias indicou que as grandes opções englobam investimento em projetos que a autarquia considere relevantes, independentemente de serem despesas de investimento ou correntes, acrescentando que as grandes opções contemplam despesas de ambos tipos. A Presidente concordou que poderá ser incluída uma rubrica que reflita dentro das grandes opções o que diz respeito às Sanjoaninas como informação extra, uma vez que não altera o orçamento, antes do documento ser enviado

para a Assembleia Municipal. O Vereador Artur Lima questionou sobre a data do envio. A Presidente respondeu que possivelmente será enviado no dia seguinte.-----

Relativamente a oposições, o Vereador António Ventura reportou-se ao Centro Interpretativo, inquirindo sobre esta opção e sobre a necessidade desta, comparando por exemplo com o Estudo de Trânsito, que ressaltou ter resultado de um acesso debate quer na Assembleia Municipal quer na Câmara, evidenciando ainda que o trânsito está caótico, principalmente nas horas de ponta e destacando que cada vez há mais trânsito na cidade. Concluiu que o Centro Interpretativo não é prioridade, mas que são outras, como o Teatro Angrense, o referido Estudo de Trânsito, para além de outras que disse que foram abandonadas pelo caminho, reportando-se novamente ao Plano das Toxicodependências, recordando que no passado ano haviam concluído que o plano precisava de ser avaliado e revisto por forma a que haja uma maior e melhor intervenção, para além da policial. Recordou ainda ter referido o exemplo do plano da Câmara da Ribeira Grande neste âmbito, que disse ser um bom plano, quando em Angra não há uma intervenção dirigida, anotando que, se estão a falar num orçamento social, isto também conta.-----

Relativamente ao Centro Interpretativo, a Presidente questionou se o Vereador António Ventura teve em atenção o facto de estarem a falar de vinte mil euros. O Vereador António Ventura indicou que são cento e quarenta mil euros. A Presidente esclareceu que o Vereador está a falar de fundos comunitários, sublinhando que se retirar a despesa retira a receita, porque esta verba vem para o Centro Interpretativo, concluindo que vinte mil euros são a verba do orçamento. Indicou ainda que o que está em causa é a realização do projeto, porque a obra já vai competir ao próximo elenco camarário. O Vereador António Ventura apontou que vinte mil euros é dinheiro.-----

O Vereador Artur Lima recordou a questão do pavilhão do Posto Santo, sobre a qual a Presidente ressaltou que assumiu perante a freguesia a responsabilidade de pôr um travão neste pavilhão e de o atrasar, porque este não tinha a área mínima regulamentada para a prática de Futsal. Destacou as necessidades que há nesta freguesia, o facto de servir as freguesias vizinhas e o número de praticantes de Futsal, dando conta que fez uma proposta no sentido de o projeto ser revisto, o que disse que implica dar um passo atrás. Concluiu que se vão investir dinheiro público neste pavilhão, que vai servir as pessoas durante trinta ou quarenta anos, não será por um ano de atraso que vão deixar de fazer este ajuste, tão importante pelos motivos acima referidos. Concluiu que não teve problema nenhum em dar um passo atrás e em não cumprir com calendários políticos, porque considerou que era o melhor a fazer. Indicou ainda que o pavilhão das Doze Ribeiras não está contemplado no orçamento. O Vereador Artur Lima anotou que nunca concordou sequer com o do Posto Santo, que a Presidente disse que vai servir esta freguesia e a da Terra Chã também, ficando integrado na escola. O Vereador Artur Lima considerou que devia ter sido ao contrário, que fosse construído na Terra Chã para que pudesse servir esta e o Posto Santo, justificando que se trata da freguesia maior. A Presidente destacou que a freguesia da Terra Chã tem outras valências. A Presidente acrescentou que foram excluídos os pavilhões de São Bartolomeu, São Mateus e Doze Ribeiras, salientando novamente que não teve qualquer problema com a origem do pedido. A Presidente evidenciou ainda que o Posto Santo é uma das freguesias onde mais se pratica Futsal, sublinhando ainda os excelentes resultados que têm vindo a ser obtidos, reiterando que este pavilhão servirá igualmente às freguesias vizinhas. A Presidente frisou ainda que esta verba não compromete em nada a do Teatro Angrense, por serem distintas. A Presidente deu ainda conta que concorda com o Vereador Artur Lima na intervenção que teve sobre a atuação do

Governo Regional perante o Teatro Angrense, anotando que vai solicitar a participação deste. O Vereador Artur Lima reiterou que o Teatro Angrense tem sido minorizado ao longo do tempo, recordando o investimento que já esteve previsto e o que está para este ano. A Presidente assinalou que o investimento está repartido por dois anos, sendo que os trinta mil previstos para 2013 são o valor da execução financeira. O Vereador Artur Lima sugeriu que vá buscar o montante em falta ao projeto do pavilhão do Posto Santo. A Presidente explicou que se trata do *timing* da realização do projeto e não com o facto de não terem o dinheiro. Ressalvou ainda que os dois casos de que falam dizem respeito a candidaturas diferentes e conseqüentemente a fundos comunitários diferentes. O Vereador Artur Lima manifestou que se devia ter feito a candidatura de raiz para o Teatro Angrense. A Presidente disse concordar, mas ressalvou que o processo tem de ter andamento para que se possa fazer a candidatura. O Vereador Artur Lima concluiu que nem daqui a quatro anos a obra estará pronta. A Presidente apontou para 2014 o início da obra, pondo ainda a possibilidade da adjudicação ter lugar ainda em 2013, salvaguardando que com a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso não seria mesmo possível avançar antes de 2014. O Vereador Artur Lima sustentou mais uma vez que em termos de tempo esta obra já devia ter sido feita e concluída. O Vereador Artur Lima reportou-se aos cento e cinquenta mil euros previstos em 2010, indagando quem é que lhe garante que haverá execução em 2013. A Presidente respondeu que a única coisa que pode dar enquanto compromisso é a sua palavra, já que no orçamento de 2013 não pode contemplar mais nada, porque não há tempo para tal, indicando que de contrário estaria a falsear o documento.-----

O Vereador António Ventura referiu-se de seguida ao projeto de arquitetura e especialidades para a requalificação e ampliação do edifício do Clube Náutico, que anotou ter uma previsão de cerca de trinta e cinco mil euros. A Presidente explicou que esta deliberação e este assunto são anteriores ao seu mandato. O Vereador Fernando Dias inquiriu se o projeto não foi dado ao Clube Náutico. A Presidente assentiu, mas explicou que é a Câmara Municipal que assume. O Vereador António Ventura reportou-se de seguida à Requalificação da Baía de Angra, que era para ter avançado em junho, depois em setembro e seguidamente em dezembro, estando novamente prevista para 2013.-----

O Vereador Artur Lima perguntou por que é que a casa mortuária da Serreta está prevista em cinquenta mil euros. A Presidente recordou que era o que tinham falado na reunião pública realizada nessa freguesia, para encerrar este processo, concluindo que o valor foi inserido como previsto. O Vereador Artur Lima reportou-se novamente ao Teatro Angrense, dando conta que não acreditou na execução com cento e cinquenta mil euros, indagando como é que vai acreditar com trinta mil. A Presidente considerou que este valor é mais realista, uma vez que corresponde à execução, apontando que podia ter perfeitamente “insuflado” o orçamento, concluindo que não o fez e que este está transparente e claro como água. O Vereador Artur Lima concordou que este orçamento está mais realista do que os anteriores. A Presidente adiantou que só não está a cem por cento porque é um documento previsional e que, por isso, sabem que chegarão ao final de 2013 e não terão uma execução de cem por cento. O Vereador António Ventura acrescentou que depois de tanta previsão e falta de concretização este documento tem de ser realista.-----

O Vereador António Ventura questionou sobre a aquisição de vinte e quatro placas informativas para a zona classificada, com trinta mil euros, anotando que a mesma coisa estava prevista para 2012 com oitenta e seis mil euros, inquirindo se em 2012 houve

seguimento. A Presidente respondeu negativamente. O Vereador António Ventura apontou novamente as ações previstas nos últimos anos que não foram concretizadas e que passaram agora para 2013, dando conta que tem dúvidas se serão agora concretizadas.-----

Depois de um intervalo para jantar, foi retomada a reunião e recapitulados os pontos em discussão.-----

O Vereador Artur Lima recordou ter sugerido que incluíssem na memória descritiva do orçamento a questão da Associação Cultural Angrense (ACA), que disse vir na sequência do relatório do Tribunal de Contas. A Presidente assentiu, apontando que se falou num parágrafo que explicasse que o montante está contemplado por via do compromisso, mas que está suspenso até que haja uma decisão por parte do Tribunal de Contas. O Vereador Fernando Dias anotou que deve constar que está suspenso por decisão desta Câmara Municipal. A Presidente concordou que este parágrafo seja acrescentado. O Vereador Artur Lima referiu ainda os outros dois empréstimos da Câmara, nomeadamente o Sport Club Belém e aos Leões, que disse não estarem discriminados no orçamento, como deviam estar, ressaltando que o Tribunal de Contas junta os três.-----

Relativamente ao Tribunal de Contas, o Vereador António Ventura apontou que vai ser realizada uma nova auditoria, apontando que não sabem o que esta significa especificamente para este assunto. Explicou que, do que se percebe, a ilegalidade mantém-se. O Vereador Artur Lima apontou que não há referência a ilegalidade, mas sim ao facto de que este assunto será objeto de um relatório. O Vereador Fernando Dias concluiu que não se trata de uma nova auditoria, mas sim de uma complementar. O Vereador António Ventura reportou que o documento lhe foi enviado pelo Tribunal de Contas, acrescentando ter entrado em contacto com esse organismo, ressaltando que percebeu que, perante o contraditório, vai ser realizada nova auditoria, não se alterando a decisão sobre a ilegalidade do contrato. A Presidente indicou que ia telefonar no dia seguinte para o Tribunal de Contas, porque pelos vistos os Vereadores dispõem de informação suplementar. O Vereador Fernando Dias explicou que esta informação é a que está no segundo relatório, que também foi enviado à Presidente. A Presidente confessou ainda não o ter lido. O Vereador António Ventura reiterou aquilo que foi a sua interpretação. O Vereador Artur Lima questionou como é que o Tribunal de Contas lhe enviou o relatório. O Vereador António Ventura explicou que foi enviado no âmbito da apresentação dos factos pelos Vereadores do PSD (Partido Social Democrata) ao Tribunal de Contas, como resposta definitiva. A Presidente questionou se foi o Vereador a solicitá-lo. O Vereador António Ventura respondeu que não o pediu, que foi o Tribunal de Contas a contactá-lo para solicitar o seu email para o envio do referido relatório.-----

A Presidente indicou que, a pedido do Vereador Artur Lima, vão especificar no orçamento o arrelvamento dos campos, bem como as transferências que estão previstas para cada uma das entidades, neste caso “Os Leões” e “O Belém”, qual é o montante em falta, referindo igualmente o contrato programa e o prazo.-----

O Vereador Anselmo Barcelos interveio, reportando-se à questão das calçadas, anotando que não se alongará, mas recordou que integrou a visita à Rua da Rocha e que questionou a Presidente, numa reunião pública realizada na freguesia da Terra Chã, sobre as retificações a fazer, anotando que a mesma garantiu que estas teriam lugar o mais rapidamente possível. A Presidente reiterou que a empresa abandonou completamente a obra. O Vereador Anselmo Barcelos assentiu, dando conta que confia

no Eng. Artur e na palavra do mesmo quando diz que se vão proceder às correções necessárias, uma vez que está em causa o dinheiro dos contribuintes. A Presidente concordou. O Vereador Anselmo Barcelo indicou de seguida ter sido procurado no corrente dia por dois funcionários da Culturangra, referindo que os mesmos lhe disseram que estava contra eles, acrescentando que quer que fique bem claro que nunca esteve contra ninguém da Culturangra, mas antes pelo contrário sempre foi a favor da integração destes funcionários, considerando que os Vereadores do PSD (Partido Social Democrata) apenas quiseram ter algum rigor. Relativamente ao orçamento, manifestou que o Teatro Angrense foi sempre uma preocupação de todos, já há vários anos, ressaltando que tendo vindo a ser adiado, bem como o Mercado Duque de Bragança, entre outras. Concluiu que o estado do Teatro Angrense é preocupante e a intervenção é urgente, uma vez que há o risco de este ruir, bem como o problema das térmitas, apontando que precisam de uma garantia que o processo avança, sublinhando que o mais importante era avançar com a obra ainda em 2013.-----

A Presidente respondeu que a previsão é feita com base no que os prazos de tempo permitem e que não faria sentido estar a fazer previsões de metas que não é possível cumprir, uma vez que o projeto tem o seu andamento e que por isso não é possível ter uma execução financeira maior. Não obstante, o cenário dessa possibilidade existir, na qual disse que poderão reforçar a verba, porque têm disponibilidade para o fazer. Sobre a estabilidade e as térmitas, a Presidente disse que estas últimas são uma grande preocupação, porque se encontram concentradas na zona do palco. A Presidente recordou que foi pedido um relatório que indicou que há garantia de estabilidade pelo menos durante mais três anos. A Presidente acrescentou seguidamente que o Teatro Angrense também já não cumpre vários diplomas, como as acessibilidades, saídas de emergência, som, entre outras, das quais o Vereador Fernando Dias destacou a falta da licença para realização de espetáculos.-----

Sobre os pavilhões, o Vereador Anselmo Barcelos indicou que a sua freguesia, São Bartolomeu, tem cerca de dois mil habitantes, com mais de quatrocentos jovens, e onde anotou não existir nenhum campo ou pavilhão para a prática desportiva, salvaguardando que nem a própria escola tem o mínimo de condições. Apontou que existiam três escolas, das quais duas foram oferecidas e a outra está fechada. Considerou que a freguesia está praticamente esquecida, anotando que às vezes não gosta de fazer intervenções sobre esta para que não digam que está a defender a sua freguesia. A Presidente indicou que o Vereador está à vontade e o Vereador Artur Lima considerou que pode e deve fazê-lo. O Vereador Anselmo Barcelos continuou dizendo que estava previsto um pavilhão para 2012 ou 2013, que disse ter percebido que foi retirado, informação que a Presidente confirmou e observou que há três freguesias seguidas sem qualquer tipo de infraestrutura deste género, São Bartolomeu, Cinco Ribeiras e Santa Bárbara. Indicou que esta tem sido uma preocupação do Presidente da Junta de Freguesia de São Bartolomeu, recordando que a anterior Presidente da Câmara tinha dito que o pavilhão seria feito, assim como a atual.-----

O Vereador Anselmo Barcelos manifestou perceber a preocupação da Presidente com a freguesia do Posto Santo, pedindo a mesma para com a de São Bartolomeu. A Presidente assinalou que se preocupa bastante com a freguesia de São Bartolomeu, dando conta que é uma freguesia onde se sente particularmente bem recebida, acrescentando que é uma freguesia cheia de vida e de atividade. Explicou que não é uma questão da freguesia, mas de multiplicação de infraestruturas, que implicam grandes custos de manutenção. A Presidente reportou-se à casa que existe no centro da

freguesia, cuja parte de trás tem ligação à escola, manifestando que concorda que a casa devia ser adquirida e convertida numa infraestrutura multifuncional que servisse a freguesia de São Bartolomeu. A Presidente reportou que o valor em causa é superior ao que têm disponível, mas destacou que irá continuar a mover esforços nesse sentido. A Presidente confirmou que esta situação já tem algum tempo, recordando que remonta ao tempo em que a mesma integrava a vereação da Câmara, altura em que disse ter feito a ampliação da escola e a sala multifuncional, ressaltando a recente atribuição das duas escolas conforme definido na Assembleia de Freguesia, a delegação de competências, em função do que havia sido solicitado pelo Presidente da junta, concluindo que se tem esforçado arduamente pela freguesia. O Vereador Anselmo Barcelos questionou se a Presidente acha mesmo que sim. A Presidente respondeu afirmativamente, dando conta que há outras freguesias que se podem queixar de que tem havido pouca intervenção por parte da Câmara, dando o exemplo dos Altares, entre outras, sublinhando não ser o caso de São Bartolomeu. O Vereador Anselmo Barcelos reiterou as preocupações relativamente ao Teatro Angrense, com as quais a Presidente concordou.-----

O Vereador António Ventura considerou que este plano e orçamento tem muitas verdades interessantes para levar à Assembleia Regional, reportando-se à página cinco, referente à coesão económica, citando a parte em que se refere à Região e às “carências significativas ao nível da sua capacidade de geração de riqueza”, bem como ao contexto social e à comparação com o todo do país e ainda entre os meios urbanos e rurais, referindo que tudo isto é verdade, mas que nunca tinha sido admitido pela Governação.-----

A Presidente indicou que na página referida bem como na seguinte é feita uma comparação entre os aspetos mais fracos e mais fortes. O Vereador António Ventura retorquiu que é difícil admitir os pontos fracos.-----

O Vereador Fernando Dias inquiriu, relativamente aos fundos comunitários, qual é o *plafond* neste momento. A Presidente indicou que as candidaturas têm de ser feitas até ao final de 2013 e que depois há um prazo de dois anos para terminar as obras, dando conta que ainda têm perto de dois milhões de margem, que disse serem os projetos de que têm estado a falar e que são inseridos já perto do final do ano, acrescentando que o montante não inclui os projetos já assumidos pela Câmara Municipal. O Vereador Fernando Dias supôs que podem apresentar então projetos maiores do que um milhão. A Presidente respondeu afirmativamente, que se trata do financiamento, para além dos projetos de que já falaram aqui, acrescentando que se esgotarem em 2013 noventa por cento do *plafond* total dos fundos comunitários disponíveis, que anotou que irá acontecer com a próxima candidatura, aumentam a sua disponibilidade, ou seja, terão mais dinheiro. O Vereador Fernando Dias indicou que mesmo que tivessem o projeto do mercado pronto não tinham possibilidade de o candidatar em 2013. O Vereador Artur Lima inquiriu por que não metem aqui o Teatro Angrense. A Presidente respondeu que é com fundos comunitários. O Vereador Artur Lima questionou por que não metem já este ano, para acabar em 2014. A Presidente explicou que terão de fazer candidatura para os fundos comunitários antes do final do ano, mas tal não pode acontecer sem o processo estar em andamento.-----

O Vereador Fernando Dias chamou de seguida a atenção para uma questão que disse constar algures no relatório do Tribunal de Contas e para a qual disse já ter alertado, relativa a uns valores à volta dos duzentos mil euros para administração geral, em termos de investimentos como *software*, equipamentos administrativos, informáticos, etc., ressaltando o problema da compatibilização dos *softwares* dos SMAH e da Câmara

Municipal, que disse nunca ter sido resolvido, apesar de este valor estar previsto todos os anos. A Presidente concordou que seria uma mais valia ter os sistemas uniformizados, dando conta de que falou recentemente nisso com os SMAH (Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo), que apontaram a especificidade de alguns programas que utilizam para a gestão contabilística dos serviços, questão que disse que será facilmente ultrapassada, reiterando que concorda que esta aconteça. Destacou que, apesar disso, esse valor continuará a ser este ou que vai eventualmente subir se houver essa uniformização.-----

Sobre a proposta dos Vereadores do PSD (Partido Social Democrata) relativa aos cinco por cento do IRS (Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares), o Vereador Fernando Dias manifestou que, num ano que será terrível para as famílias, era bom que a Câmara possibilitasse, ainda que simbolicamente, que algum do dinheiro que iria afetar a determinados projetos ficasse no bolso dos contribuintes. Concluiu que era essa a ideia da proposta dos cinco por cento do IRS (Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares), que estaria à volta de um milhão de euros. Reiterou que o dinheiro deve ficar no bolso dos contribuintes em vez de ser afeto a coisas menos adequadas, referindo-se nomeadamente ao caminho municipal, que tem uma verba de cento e cinquenta e seis mil euros, dando ainda o exemplo do monumento na rotunda avenida D. Infante D. Henrique, indicando que já foram gastos quatro mil euros e para 2013 estão previstos dez mil, sublinhando que é por isso que os contribuintes se revoltam. Ressalvou de seguida pensar que o saldo de gerência de 2012 para 2013 vai ser significativo, evidenciando que as contas que fez, da diferença entre a receita e a despesa até novembro de 2012, dão um milhão de euros. A Presidente retorquiu que o Vereador sabe que isso não é assim e que têm de contar com os fundos comunitários. O Vereador Fernando Dias insistiu que pensa que será esse o valor, anotando que depois não-de confirmar. O Vereador Fernando Dias reportou ainda que muitas Câmaras no país estão a fazer dispensa do IRS (Imposto Sobre Pessoas Singulares), manifestando que não terá de ser cinco por cento, que está aberto a que seja menos, para que haja algum esforço nesse sentido.-----

A Presidente considerou que poderia haver alguma abertura para a questão do IRS (Imposto Sobre Pessoas Singulares), prática que disse não ser comum nos municípios dos Açores. Manifestou que se esta questão fosse contemplada não discutia mais o orçamento.-----

A Presidente, depois de dizer que a proposta do Vereador é muito aliciante, explicou que foi muito difícil equilibrar este orçamento, porque faltava muito dinheiro para o equilibrar. Relativamente à situação do IRS (Imposto Sobre Pessoas Singulares), no valor de cerca de um milhão e duzentos euros, indicou que se forem a dividir este montante pelos trinta e cinco mil habitantes num ano inteiro iriam devolver vinte e oito euros e cinquenta e sete cêntimos. Sobre a possibilidade de não devolverem a totalidade, a Presidente deu o exemplo de que se fossem cinquenta por cento ia representar num ano uma devolução de catorze euros. Adiantou ainda que a devolução não seria igual para todos, os que pagaram mais iam receber mais e vice versa. Nesse cenário, deu conta que iam chegar a um resultado em que possivelmente as pessoas com maior necessidade não iam receber nada, indagando ainda onde é que iam buscar esse montante, indicando que seria possivelmente do investimento, cuja maior percentagem disse ser de fundos comunitários. O Vereador Fernando Dias inquiriu se o canil é com fundos comunitários. A Presidente respondeu negativamente, mas salvaguardou que discorda que se retire, porque é uma situação que já ultrapassou o seu limite, dando igualmente conta que é a

solicitação que maior número de propostas tem no orçamento participativo. A Presidente questionou novamente de onde vão retirar o referido milhão de euros, apontando ainda que desta forma irão desequilibrar obras de peso, para devolver cinco ou dez euros às pessoas num ano inteiro. O Vereador Fernando Dias considerou que é um valor simbólico e o Vereador António Ventura assinalou que essas obras de peso não têm vindo a ser realizadas desde 2009. A Presidente reiterou a sua questão, reportando-se à declaração do Vereador Artur Lima, pondo a hipótese de o Governo devolver o dinheiro que deve de IRS (Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares) e desse valor, que não está incluído no orçamento, servir para este efeito. O Vereador Artur Lima questionou o montante que o Governo Regional deve de IRS (Imposto Sobre Pessoas Singulares). A Presidente indicou que é um milhão e pouco. O Vereador Fernando Dias ressaltou que com o IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) vai haver dinheiro para tudo. A Presidente respondeu que o Vereador sabe que o IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) só pode ser utilizado conforme a lei prevê, para amortização do endividamento bancário ou em investimento em fundos do Estado. A Presidente contemplou novamente a possibilidade de utilizarem o dinheiro em falta do IRS (Imposto Sobre Pessoas Singulares). O Vereador Artur Lima deu conta que trará à próxima reunião de Câmara uma proposta para pôr o Governo Regional em tribunal. O Vereador António Ventura indicou que os Vereadores do PSD (Partido Social Democrata) farão uma proposta da redução da devolução do IRS para dois e meio por cento. A Presidente indicou que devem igualmente referir de onde vão retirar esse valor. O Vereador António Ventura referiu novamente a questão da não execução das grandes obras previstas desde 2009, à exceção das calçadas que, mesmo assim, está num impasse. O Vereador António Ventura, tendo em conta o que aconteceu nos anos anteriores, previu que vão chegar ao final de 2013 sem a execução do que está previsto e os municípios vão ficar sem dinheiro.-----

A Presidente indagou se sempre vão fazer a proposta de redução da devolução por via da inserção do saldo de gerência. O Vereador António Ventura respondeu afirmativamente, anotando que serão os dois e meio por cento. A Presidente indicou ainda que o saldo de gerência poderá ser maior se entrarem fundos comunitários agora no fim do ano, conforme aconteceu no ano transato. O Vereador Artur Lima questionou se os fundos comunitários não são para as obras. A Presidente esclareceu que são das obras já pagas, ou seja vem repôr o que foi gasto. O Vereador Fernando Dias acrescentou que são reembolsos, referindo as obras que estavam previstas e que não foram executadas. A Presidente realçou que não receberam a receita, nem tiveram a despesa, ficando a zero de ambos lados.-----

Ainda sobre a proposta do PSD (Partido Social Democrata), a Presidente destacou que a mesma só pode ser votada na altura da introdução do saldo de gerência, em fevereiro. O Vereador António Ventura retorquiu que a proposta fica então condicionada à referida introdução do saldo de gerência. O Vereador Fernando Dias inquiriu se essa decisão sobre o IRS (Imposto Sobre Pessoas Singulares) não tem de ser comunicada às Finanças até ao final do corrente mês. A Presidente respondeu que existem várias formas de fazer a devolução, ressaltando que não conhece o enquadramento legal de uma proposta destas, concluindo que os Vereadores do PSD (Partido Social Democrata) têm de fazer o respetivo enquadramento, para posteriormente ser avaliada a forma de fazer a devolução do IRS (Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares), ou seja, têm de apurar o que as pessoas pagaram para se poder devolver. O Vereador António Ventura apontou que conhece algumas propostas que tiveram de ir à Assembleia Municipal. A Presidente indicou que essa informação confirma que a proposta só pode avançar mediante a disponibilidade do saldo de gerência.-----

Os Vereadores e a Presidente voltaram à discussão das prioridades, nomeadamente ao pavilhão do Posto Santo e do Teatro Angrense, reiterando ambas partes os seus argumentos. A Presidente salvaguardou novamente que foram integradas todas as propostas dos Vereadores do PSD (Partido Social Democrata), à exceção da do IRS (Imposto Sobre Pessoas Singulares), conforme recordou ter explicado. O Vereador António Ventura questionou onde está a proposta de implementação de um Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Comércio Local, bem como o Plano das Toxicodependências. A Presidente ressaltou que está previsto, acrescentando que houve inclusivamente um compromisso no Conselho Municipal de Juventude nesse sentido e que, por isso, as verbas foram reforçadas e aqui englobadas. O Vereador António Ventura apontou que já no passado ano foram reforçadas e houve apenas reforço policial, questionando onde está o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Comércio Local. A Presidente informou que a Câmara tem estado a trabalhar em proximidade total e absoluta com a Câmara do Comércio, ressaltando que há programas específicos em diferentes épocas, nomeadamente no Natal, no verão. O Vereador António Ventura explicou que não é disso que trata o programa. A Presidente indagou por que é que o Vereador não apresentou o programa para este ser implementado. O Vereador António Ventura respondeu que para isso tem de governar, porque assim é que se dispõe dos meios técnicos e financeiros. A Presidente perguntou o que lhe falta para isso. O Vereador respondeu que lhe faltam os votos. A Presidente ressaltou ainda que têm sido feitos esforços no sentido de dar seguimento às propostas feitas pelo PSD (Partido Social Democrata). O Vereador António Ventura realçou novamente que a questão do comércio não foi acautelada. A Presidente respondeu que não o foi no entendimento deste, porque a Câmara tem trabalhado proximamente com o comércio local, acrescentando que a verba para o Plano das Toxicodependências está prevista e foi aumentada. A Presidente reportou-se de seguida à proposta do PSD (Partido Social Democrata) de ser criado um tarifário especial de pagamento da água para desempregados, que anotou que já foi criado, referindo-se de seguida à redução das taxas de licenciamento para habitação própria para menores de trinta e cinco anos, que o Vereador António Ventura indicou que veio à reunião de Câmara e foi deliberado o estudo desta possibilidade, mas que nunca tiveram uma resposta. A Presidente passou a ler as restantes propostas dos Vereadores do PSD (Partido Social Democrata), concluindo que foram todas asseguradas.-----

O Vereador António Ventura indicou que a Presidente não pode esperar que seja a oposição a fazer os dois trabalhos, de governação e de oposição, uma vez que lhes compete o segundo, apesar de apresentarem propostas e iniciativas, considerando que cabe ao executivo do PS (Partido Socialista) assegurar a governação através dos meios que tem disponíveis. Reportou-se ao Conselho Municipal de âmbito Social e para o de âmbito Económico, dando conta de terem sido apresentadas propostas para as linhas orientadoras de 2013 dos Vereadores do PSD (Partido Social Democrata) que não tiveram *feedback* e que afirmou serem fundamentais num ano de crise. A Presidente questionou se o Vereador não acha que têm conselhos a mais, acrescentando que façam o que fizerem será sempre insuficiente. O Vereador António Ventura manifestou que vê um conselho como um órgão consultivo e de articulação, dependendo da disponibilidade, da vontade e da força que se dá a essa reunião de entidades para que isso aconteça. Explicou que sugeriram o encontro entre as várias instituições de solidariedade social para que percebam a situação atual e o conjunto das novas realidades, que têm a ver com a pobreza. A Presidente indicou que o Vereador pode reunir com essas instituições sempre que entender. O Vereador António Ventura

replicou que podia fazer isso, mas considera mais útil que isso aconteça na presença das várias forças partidárias desta Câmara, daí que tenham feito esta proposta, para que pudessem reunir as várias visões de todos, para caminharem para o melhor caminho possível. O mesmo afirmou que continuam a privilegiar a articulação das forças e a comunhão de ideias.-----

A Presidente retorquiu que se tem esforçado arduamente, considerando que estão num patamar em que já não estão a discutir conteúdos ou propostas concretas, apontando que já não pode fazer mais nada. O Vereador António Ventura indicou que estão a falar das propostas dos Vereadores do PSD (Partido Social Democrata) enviadas a 13 de novembro de 2012. O Vereador Fernando Dias reportou-se novamente ao prazo para comunicarem às finanças a decisão da Câmara sobre o IRS (Imposto Sobre Pessoas Singulares), indagando que se a comunicação for enviada apenas em março de 2013 já só terá efeitos em 2014. A Presidente realçou que há outras formas de fazer o cálculo e proceder a essa devolução, que o Vereador Fernando Dias disse que será feita pelas finanças, em sede de declaração do IRS (Imposto Sobre Pessoas Singulares). O Vereador António Ventura acrescentou que do que conhece da lei isto tem de ser comunicado à Assembleia Municipal até 31 de dezembro. A Presidente concluiu que desconhece o enquadramento.-----

O Vereador Fernando Dias inquiriu a Presidente sobre um total de despesas correntes do município, de 10,2 milhões de euros, apontando que a segunda unidade orgânica que tem mais despesas correntes é a Proteção Civil e meios operacionais, com 2,7 milhões de euros, dos quais um milhão e duzentos respeita a pessoal, indicando que ainda não percebeu muito bem o que está em cada unidade orgânica. A Presidente respondeu que todo o pessoal das oficinas está nesta unidade, indicando que são todos os meios técnicos e operacionais, ou seja a Proteção Civil e os meios operacionais, indicando que esta unidade concentra a maioria esmagadora do pessoal, cuja maioria recebe subsídio de férias e de Natal, daí que o valor seja mais significativo.-----

O Vereador António Ventura ressaltou que este é o plano que apresenta mais rubricas com cinco euros de todos. A Presidente pôs a possibilidade de algumas destas serem extintas se for realmente entendido utilizar o saldo de gerência a devolução do IRS (Imposto Sobre Pessoas Singulares). O Vereador António Ventura reportou-se às grandes reparações no edifício dos Passos do Concelho, às pinturas de portas e janelas, recordando que já no ano passado esta rubrica contava com cinco euros. A Presidente explicou que estas rubricas abertas eram para ser reforçadas com o saldo de gerência, antes de ser levantada a questão da devolução do IRS (Imposto Sobre Pessoas Singulares) por esta via. O Vereador António Ventura indicou de seguida a intervenção no parque das merendas, na mata da Esperança, freguesia de São Pedro, que a Presidente disse ser delegação de competências, que explicou ter sido feita em função do que foi solicitado pelos presidentes de junta. O Vereador António Ventura indicou que a rubrica tem previstos trinta mil euros, à semelhança do ano 2012. A Presidente explicou que o valor foi uniformizado pelas freguesias, de acordo com as solicitações dos presidentes das respetivas juntas. O Vereador António Ventura questionou se em 2012 foi feita alguma intervenção neste parque. A Presidente respondeu que pensa que sim. O Vereador António Ventura inquiriu seguidamente sobre a colocação de árvores em espaços públicos, recordando os valores previstos para os anos anteriores e os vinte mil euros previstos para 2013. A propósito, questionou sobre arborização da Avenida Álvaro Martins Homem, que a Presidente indicou que está prevista. A Presidente informou ainda que só serão substituídas as em que houver necessidade efetiva. O

Vereador António Ventura destacou seguidamente que diminui a aquisição de equipamentos para idosos.-----

O Vereador Artur Lima inquiriu se a escola de Santa Bárbara foi candidatada a fundos comunitários. A Presidente indicou que vai ser. O Vereador Artur Lima indicou estar a referir-se ao passado e ao valor original da obra, de cinco milhões previstos no orçamento de 2011. A Presidente esclareceu que a escola prevista no orçamento de 2011 era de primeiro e segundo ciclo, que entretanto foi reduzida e tornada numa escola de primeiro ciclo. O Vereador Artur Lima reiterou que a escola foi na altura candidata a fundos comunitários, ao mesmo tempo que a da Ribeirinha. A Presidente deu conta de não saber, continuando a dizer que inicialmente estava prevista a construção da escola e do pavilhão, concluindo que de momento só é da responsabilidade da Câmara a escola, apenas do primeiro ciclo. O Vereador Artur Lima reiterou pensar que foi candidatada. A Presidente reiterou não saber responder, mas apontou que acha que não foi, porque não houve consignação. O Vereador Fernando Dias indicou que a mesma está prevista nas grandes opções deste ano, na página três, com quinhentos e vinte mil euros. A Presidente assentiu. O Vereador Fernando Dias inquiriu se o pavilhão do Posto Santo também é candidatado a fundos comunitários. A Presidente respondeu afirmativamente. O Vereador Anselmo Barcelos questionou se o Teatro Angrense também vai ser candidatado em 2013. A Presidente assentiu, anotando que se passar entrará no novo quadro comunitário, reiterando que o objetivo é que seja candidatado ainda em 2013. O Vereador António Ventura indicou que haverá uma dedução de dez por cento. O Vereador Artur Lima acrescentou que haverá um corte nos equipamentos. O Vereador António Ventura apontou que houve um aumento nos Açores dos fundos comunitários, de 2008 para 2011, de cinquenta e três por cento. O Vereador Fernando Dias passou a ler que o pavilhão do Posto Santo tem uma participação de oitenta e cinco por cento dos fundos comunitários e quinze por cento da autarquia, cento e oitenta e dois mais trezentos e sessenta e quatro. O Vereador Artur Lima perguntou relativamente ao Teatro Angrense, que a Presidente disse ser o projeto que está indicado abaixo. O Vereador Anselmo Barcelos inquiriu se estão na mesma situação. A Presidente respondeu que o pavilhão já tinha o projeto pronto e iam lançar a obra, mas foi dado um passo atrás.-----

O Vereador António Ventura inquiriu que alternativas tem a Presidente para devolver o dinheiro do saldo de gerência no âmbito do IRS (Imposto Sobre Pessoas Singulares). A Presidente respondeu que teria de ser feita uma avaliação. -----

O Vereador Anselmo Barcelos questionou o que é mais urgente o pavilhão do Posto Santo ou o Teatro Angrense. A Presidente respondeu que são ambas questões importantes, mas que não se sobrepõe, uma vez que nem sequer estão em fases semelhantes. O Vereador Artur Lima realçou novamente que o Teatro Angrense está previsto desde 2009, com cento e cinquenta mil euros, bem antes do pavilhão do Posto Santo, considerando que se optou por este pavilhão, em vez do Teatro Angrense, cuja prova disse ser o facto de ter passado de cento e cinquenta para trinta mil. A Presidente reiterou a decisão que foi tomada relativamente ao pavilhão, que poderia estar quase pronto, de voltar atrás por forma a que as coisas fiquem feitas devidamente. Indagou por que motivo falaram em mudar o pavilhão para a Terra Chã quando a situação já está resolvida no Posto Santo, frisando mais uma vez que a verba do pavilhão não implica em absolutamente nada com a do Teatro Angrense. O Vereador Artur Lima sustentou que é uma questão de opção. A Presidente considerou que não, apesar de aceitar que o Vereador diga que o pavilhão está mais adiantado do que o Teatro e que, no entender

do próprio, devia ser o inverso, sublinhando que não há uma relação entre uma verba e a outra. O Vereador Artur Lima ressaltou que quinze por cento de quinhentos mil euros são setenta e cinco mil euros, que apontou que esta Câmara vai compartilhar para o pavilhão, manifestando que esse montante daria quase para fazer metade da obra do Teatro Angrense. A Presidente assinalou que o valor seria o mesmo quer o pavilhão fosse na Terra Chã, no Posto Santo ou em São Bartolomeu. O Vereador Artur Lima reiterou os valores que já estiveram previstos em anos anteriores para o Teatro Angrense, quando nem se falava do Pavilhão do Posto Santo, concluindo que se abandonou o Teatro Angrense e investe-se no pavilhão e ainda por cima mal, já que teve de se corrigir, acrescentando que não acha a construção deste pavilhão prioritária. A Presidente discordou, tendo em conta a prática e a procura que existe ao nível de pavilhões. O Vereador Artur Lima apontou que é uma equipa. A Presidente corrigiu, assinalando que são várias, nomeadamente a Terra Chã, anotando que de momento o Futsal é uma das práticas que reúne mais praticantes na ilha, concluindo que estão a fazer um pavilhão que servirá as pessoas, apesar de este não ficar concluído no mandato deste executivo. O Vereador Artur Lima destacou que o Teatro Angrense não é mais utilizado porque está a cair aos bocados. A Presidente, não obstante considerar o Teatro Angrense a jóia da coroa, apontou que a frequência da utilização não se pode comparar, já que a do pavilhão será de manhã à noite, enquanto que a do Teatro Angrense é periódica. O Vereador Artur Lima inquiriu quem é que vai pagar os custos de manutenção. A Presidente indicou que se trata de um pavilhão escolar, reportando que em casos semelhantes durante o horário escolar está afeto à escola e fora deste está afeto ao serviço de desporto. O Vereador Fernando Dias questionou quem é que paga isso, indagando se a Câmara não tem nenhum custo escolar com isso. O Vereador António Gomes indicou que houve uma transferência de verbas do Desporto para as escolas e que não haverá custos para a Câmara Municipal.-----

Documentos Previsionais e Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados para o ano 2013

Ent. 6472 – Novamente presente os documentos Previsionais dos **Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo** para o ano de 2013, apresentando os seguintes valores:-----

Plano Plurianual de Investimentos:-----

Despesas de Investimento – € 1 351 270,00 (um milhão, trezentos e cinquenta e um mil, duzentos e setenta euros).-----

Orçamento:-----

Receitas Correntes - € 6 409 600,00 (seis milhões, quatrocentos e nove mil e seiscentos euros);-----

Receitas de Capital - € 986 050,00 (novecentos e oitenta e seis mil e cinquenta euros); --

Outras receitas (reposições não abatidas aos pagamentos) - € 100,00 (cem euros); -----

Total geral das receitas - € 7 395 750,00 (sete milhões, trezentos e noventa e cinco mil, setecentos e cinquenta euros);-----

Despesas Correntes – € 5 870 480,00 (cinco milhões, oitocentos e setenta mil, quatrocentos e oitenta euros);-----

Despesas de Capital – € 1 525 270,00 (um milhão, quinhentos e vinte e cinco mil duzentos e setenta euros);-----

Total Geral das Despesas - € 7 395 750,00 (sete milhões, trezentos e noventa e cinco mil, setecentos e cinquenta euros).-----

Nos termos do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 269/2009, de 30 de Setembro e pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, o mapa de pessoal para 2013 acompanha a presente proposta de orçamento. – **A Câmara Municipal, por maioria, com 6 votos a favor da Presidente e dos Vereadores do PS (Partido Socialista) e dos Vereadores do PSD (Partido Social Democrata) e 1 abstenção do Vereador do CDS-PP (Centro Democrático Social/Partido Popular), aprovou os documentos em questão e deliberou submeter os mesmos à Assembleia Municipal.**-----

A Presidente começou por fazer um enquadramento, dizendo que o orçamento total dos SMAH (Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo) é de sete milhões, trezentos e noventa e cinco mil, setecentos e cinquenta euros, sendo que no que diz respeito à receita esta divide-se em seis milhões, quatrocentos e nove mil e seiscentos euros de correntes e novecentos e oitenta e seis mil e cinquenta euros de capital. Do lado da despesa, indicou que as correntes são no valor de cinco milhões, oitocentos e setenta mil, quatrocentos e oitenta euros e as de capital no valor de um milhão, quinhentos e vinte e cinco mil duzentos e setenta euros. Explicou que houve uma opção clara de manter o tarifário, aditando inclusivamente uma tarifa social que vem colocar as receitas dos SMAH abaixo do que seria preferível, mas que aos munícipes, e no que ao seu lado diz respeito, irá contribuir para um ano menos pesado em termos do orçamento familiar. Em contrapartida, a verba prevista para os SMAH em termos de investimento torna-se inferior e as opções de intervenção são criteriosamente selecionadas, em função das necessidades técnicas manifestadas pela equipa de funcionários dos serviços. Assim, para além das habituais despesas correntes, salienta-se em termos de opção de capital: a construção do reservatório na freguesia da Terra Chã, que irá permitir uma maior capacidade de abastecimento de água ao lado oeste da ilha, bem como resolver alguns problemas em termos de carga da rede; a execução e remodelação das redes no troço da Ladeira Branca – Figueiras Pretas, que é uma intervenção necessária devido à antiguidade da rede existente, cujo concurso já foi aprovado e que terá agora a sua execução; o Pacote 4 de estradas, em parceria com a Câmara, que vai permitir diversas intervenções e melhorias de rede; as campanhas de sensibilização e, finalmente, o tratamento de águas residuais de São Mateus e São Sebastião. Indicou que em São Mateus, concluída a avaliação, optou-se pela realização de uma rede de fossas cépticas e em São Sebastião pela ativação da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), mediante projeto a realizar. O projeto depois de concluído dará lugar ao concurso, cujo lançamento está previsto para o primeiro semestre de 2013, sendo que a obra terá uma execução física já no segundo semestre e a financeira em menor escala, tal como previsto na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.-----

A Presidente, relativamente ao compromisso das Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), explicou que o estudo concluiu que para São Mateus a solução será uma rede de fossas cépticas e em São Sebastião a reativação da ETAR, possivelmente uma Estação de Tratamento de Águas Residuais compacta, explicando que é um sistema que já vem pronto, dando conta que é um procedimento bastante simples.-----

O Vereador António Ventura referiu o projeto do tratamento terciário, que recordou que estava previsto em 2011, indicando que só está previsto aqui com dois mil euros. A Presidente explicou que o tratamento terciário é um tratamento que é feito à água e que permite a reutilização da mesma, anotando que permite, em alguns casos, que possa ser reutilizada e consumida. Deu conta que a ETAR, tem tratamento primário e secundário, reunindo assim as condições necessárias. Apontou que havia uma previsão em termos comunitários para o tratamento terciário, salvo erro, até 2015, reportando achar que esta situação já sofreu alterações e que já não haverá esta obrigação. Acrescentou que no município de Angra a ETAR é que trata as suas águas, que depois de tratadas são lançadas no mar, em condições para tal, não havendo lugar à reutilização, daí que não haja o tratamento terciário, até porque é um tratamento bastante caro.-----

O Vereador Artur Lima manifestou que o orçamento dos SMAH é substancialmente inferior quando comparado com os outros anos. Indicou de seguida que há uma única obra prevista, que ocupa mais de setenta por cento das despesas de capital, que é a da execução e remodelação das redes no troço da Ladeira Branca – Figueiras Pretas, que recordou ser uma proposta do CDS-PP (Centro Democrático Social/Partido Popular) que remonta ao ano 2009 e que finalmente está no orçamento. Apontou que no orçamento dos SMAH caem mais de vinte por cento as despesas de capital e aumenta a despesa corrente em mais de cinco por cento.-----

ENCERRAMENTO

Não havendo outros assuntos a tratar, a Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida, foi aprovada e vai ser assinada.-----

A Presidente da Câmara Municipal,

.....